

Diário do Legislativo de 01/07/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 151ª Reunião Ordinária Interrompida

2.2 - Reunião de Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

9 - EXTRATO DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

10 - ERRATA

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.894/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete da Deputada Maria José Haueisen, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.841, de 22/2/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29

Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.895/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Ivo José, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.816, de 29/11/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Motorista - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05

Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.896/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.810, de 29/11/1999, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.897/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Adelino de Carvalho, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.843, de 22/2/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo II - 4 horas	AL-36
Supervisor de Gabinete II - 4 horas	AL-27
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.898/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Arlen Santiago, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.776, de 29/9/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.899/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado João Batista de Oliveira, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.872, de 25/4/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36

Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Motorista - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.900/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Chico Rafael, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.795, de 25/10/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11

Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.901/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Antônio Andrade, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.839, de 22/2/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02

Agente de Serviços de Gabinete - 8 AL-01
horas

Agente de Serviços de Gabinete - 8 AL-01
horas

Agente de Serviços de Gabinete - 8 AL-01
horas

Agente de Serviços de Gabinete - 8 AL-01
horas

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.902/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Agostinho Patrús, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.599, de 1º/2/1999, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete I - 4 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.903/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sargento Rodrigues, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.764, de 31/8/1999, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente de Gabinete I - 4 horas	AL-24
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.904/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.867, de 17/4/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
-------	--------

Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Motorista - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.905/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete da Deputada Maria Olívia, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.793, de 25/10/1999, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo

Padrão

Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.906/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Amílcar Martins, a vigorar a partir de 1º/7/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.825, de 23/12/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Supervisor de Gabinete II - 4 horas	AL-27

Supervisor de Gabinete II - 4 horas	AL-27
Assistente de Gabinete - 4 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 4 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete - 4 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de junho de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 15/6/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Agostinho Patrús

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Deputado Orlando Pessuti - Palavras do Deputado Miguel Martini- Palavras do Deputado Hermínio Jota Barreto - Entrega de placa - Entrega de flores - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputados Orlando Pessuti, Presidente da UNALE; Miguel Martini, ex-Presidente da UNALE; e Agostinho Patrús, ex-Presidente da UNALE e desta Casa.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos seguintes Deputados de outros Estados, em visita a este parlamento: Leal Júnior, da Assembléia Legislativa do Piauí, 4º-Vice-Presidente da UNALE; Manoel do Carmo, da Assembléia Legislativa do Amazonas, 8º-Vice-Presidente da UNALE; Pedro Eurico, da Assembléia Legislativa do Pernambuco, Secretário-Geral da UNALE; Manoel Maria, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Tesoureiro-Geral da UNALE; Marcelo Miranda, Presidente da Assembléia Legislativa de Tocantins e 1º-Tesoureiro da UNALE; Ermínio Jota Barreto, da Assembléia Legislativa do Mato Grosso, Diretor da UNALE; Clóvis Ferraz, da Assembléia Legislativa da Bahia, Diretor Regional Nordeste da UNALE; Márcio Cunha, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Diretor Regional Sudeste da UNALE; Paulo Rodrigues, da Assembléia Legislativa de Goiás, Diretor Regional Centro-Oeste da UNALE; Lúcia Carvalho, da Assembléia do Distrito, Secretária de Mulheres da UNALE; Magaly Machado, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, membro do Conselho Fiscal da UNALE; Leonardo Arruda, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, membro do Conselho Fiscal da UNALE; Hildo Fonseca, da Assembléia Legislativa do Amapá; César Selene e José Maria Ferreira, da Assembléia Legislativa do Paraná; Bruno Araújo, Presidente em exercício da Assembléia Legislativa de Pernambuco; e José Carlos Stangarlini, da Assembléia Legislativa de São Paulo. A Presidência deseja, em nome de todos os Deputados desta Casa, do corpo de funcionários e de todos os nossos colaboradores, dar as boas-vindas aos Deputados, Diretores e membros da UNALE.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários a receber os Deputados representantes da UNALE, em visita a este parlamento.

Palavras do Deputado Orlando Pessuti

Exmos. Srs. Deputados Miguel Martini e Agostinho Patrús, ex-Presidentes da UNALE; Anderson Aduino, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, amigo e irmão de tantas e tantas caminhadas do nosso velho e novo MDB de guerra, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados e Deputadas deste parlamento, todos os servidores desta Casa de leis e todos aqueles que a visitam hoje.

Para nós, que integramos a UNALE, hoje na condição de Presidente; para os demais companheiros e companheiras que aqui estão na condição de membros da diretoria ou integrantes dessa entidade como Deputados filiados; para os técnicos Dr. Décio, Vanda e Sílvia, que nos assessoram, é um orgulho muitíssimo grande estar, nesta tarde, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Nós, que estamos na Assembléia Legislativa do Paraná há 17 anos, cumprindo o nosso quinto mandato, pudemos acompanhar todo o desenrolar da União Parlamentar Interestadual - UPI -, que foi de grande importância e de grande valia para as nossas causas legislativas, para as nossas coisas do dia-a-dia, naquilo que se refere especificamente ao anseio do Deputado, enquanto pessoa, enquanto agente político, e naquilo que representa o anseio da Casa Legislativa, onde todos nos desdobramos para bem representar a população que nos elege. Portanto, a UPI teve o seu papel.

Pessoalmente, pude acompanhar o trabalho que se desenvolveu há cinco ou seis anos, quando, numa luta gloriosa e muito importante, chegamos à conclusão de que era chegada a hora de pararmos com a UPI, com o Colégio de Presidentes, pois estavam sempre em conflito, não produzindo, para as Assembléias Legislativas, enquanto Colégio de Presidentes, nem para nós, parlamentares, enquanto UPI, o trabalho e o resultado que esperávamos dessas entidades. Fruto desse entendimento, surgiu a UNALE, em memorável assembléia realizada em Belém do Pará. Na oportunidade, foi designado o Deputado Agostinho Patrús como nosso primeiro Presidente.

Foi nesse início de caminhada, com Agostinho Patrús à frente e com a participação de muitos que aqui estão, que a nossa entidade começou a caminhar com passos firmes, certos e corretos, para chegar, no último dia 9 de maio, à cidade de Gramado, quando Miguel Martini encerrou o seu período de Presidente e nos passou essa responsabilidade de bem conduzir a nossa entidade.

Foi por essa razão - 15 Estados aqui se reúnem hoje: 14 visitantes e o próprio Estado de Minas Gerais - que decidimos que a primeira reunião dessa Diretoria seria realizada em Belo Horizonte, para que todos nós, dos outros Estados, pudéssemos vir agradecer ao Patrús e dizer ao Miguel Martini, à sua esposa Lenira e à sua filha Monique do orgulho que temos de pertencer a essa entidade, do orgulho que tivemos em tê-lo por dois mandatos presidindo essa entidade, por aquilo que produziu, que realizou, que iniciou e que vamos dar continuidade.

Miguel Martini esteve conosco desde os primeiros momentos, quando decidimos extinguir a UPI e o Colégio de Presidentes e criar a UNALE. Integrou, inclusive, uma comissão especial para, de certa forma, fazer o levantamento da UPI. E foi, sem sombra de dúvida, um baluarte dessa causa, que é o fortalecimento das Casas Legislativas, da ação parlamentar, que é a manutenção desse pacto federativo de que tanto falamos - inclusive neste recinto, numa teleconferência realizada no ano passado, da qual tive oportunidade de participar - desse esforço que nós, parlamentares, fazemos no dia-a-dia para que nossas atribuições como legisladores não sejam diminuídas, como normalmente acontece toda vez que se vota algo no Congresso Nacional. Que esse espaço de representação política não seja também de nós retirado, como muitas vezes pretendem e muitas vezes até conseguem fazer os Tribunais de Contas, que são órgãos auxiliares das Assembléias Legislativas, mas que muitas vezes, na nossa ineficiência, até, diria, na nossa concordância, acabam por assumir funções que são nossas e a não mais nos tratar como Poder-mãe, mas talvez até como Poder a ele subalterno. Por isso é que existimos como entidade: para fortalecer o espaço das Assembléias, para fortalecer os espaços daqueles que atuam nas Assembléias na condição de Deputado e de servidores. E é por isso que, depois de inúmeras discussões, estamos trabalhando na criação da Universidade UNALE, para que possamos qualificar melhor o parlamentar no exercício do seu mandato, para que melhor possamos, em parceria com as Assembléias que alguma estrutura já possuem, com as universidades, com os institutos, com as fundações deste País, treinar aqueles que nos assessoram e que nos dão condições de fazer um bom trabalho.

É por isso que nós, que muitas vezes fomos criticados por isso e por aquilo, estamos cuidando para que o parlamentar possa ter uma previdência digna e honrada. Não privilegiada, mas digna e honrada, que possa amparar os parlamentares e aos seus, caso um dia venha a faltar.

A UNALE existe para isso: para fortalecer as ações do Legislativo, a fim de que possamos, no dia-a-dia, harmonizar as nossas idéias e vir aqui, hoje, num momento rico de debates, de dificuldades para este Estado, para esta Assembléia, para o seu povo, para os servidores, de dificuldades para o Governo e para os parlamentares, que se envolvem todos nessa discussão, muitas vezes sem encontrar a solução e o caminho desejado por todos os lados.

Mas, em debates como este que acontece hoje, neste Plenário, também aprendemos e nos enriquecemos, para, ao retornar às nossas Assembléias, também possamos fazer os questionamentos necessários.

Por essa razão, cumprimento todos vocês de Minas Gerais por terem nos cedido, por muitos e muitos meses, o Deputado Agostinho Patrús para conduzir o trabalho de reestruturação desta nossa causa, que é a UNALE, para tratar da extinção da UPI, do Colégio de Presidentes e nos dar essa entidade. Muito obrigado, Deputado Agostinho Patrús, por aquilo que você fez, e não é à toa que o seu retrato está espelhado na galeria de Presidentes desta Assembléia Legislativa. Toda a história do Legislativo do Brasil haverá de reconhecer aquilo que você fez de importante para nós.

Obrigado, Deputado Miguel Martini, por ter dedicado todo esse tempo, e sei que tanto você como o Deputado Agostinho Patrús, como o Deputado Anderson Aduino, como qualquer um de nós que aqui estamos, haveremos de dar continuidade à liberação desse nosso tempo a serviço dessa entidade, que é, sem sombra de dúvida, a causa maior da nossa luta neste momento e que deve ser a razão maior da luta de integração dos Legislativos Estaduais e dos Legislativos Municipais com o Congresso Nacional. Que juntos possamos - nós, legisladores - ocupar o espaço que nos pertence, não permitindo que, em determinado momento, como bem repisou aqui a Deputada Elbe Brandão, a juventude queira defender uma tese anti-democrática, como já vimos pelas pesquisas que aí estão.

Nós, os legisladores municipais e estaduais, temos a responsabilidade de lutar para a manutenção e a construção de uma democracia cada vez maior e mais abrangente. É no debate, é no embate dos Legislativos que a democracia deverá crescer, haverá de permanecer e dar a todos nós a oportunidade de que precisamos.

Muito obrigado a todos vocês por esse espaço. Minas Gerais terá sempre de nós o carinho, porque aqui, quando chegamos, temos deste povo um carinho especial. Em meu nome e em nome da nossa comitiva, o agradecimento pelo afeto, pelo respeito e pelos bons exemplos de ação legislativa que vocês praticam.

Tivemos a oportunidade não só hoje, mas em outras tantas vezes que aqui já estivemos, incluindo a ocasião em que, quando estava presidindo a Assembléia Legislativa do Paraná, em 1994, viemos aqui assinar o Protocolo do Parlamento das Águas. Desde aquele momento, quando visitamos todas as dependências e instalações desta Casa, das suas comissões, dos seus departamentos e a Escola do Legislativo, temos daqui levado muitos ensinamentos, que já estão sendo praticados em nossas Assembléias Legislativas.

Hoje, pela manhã, fizemos um trabalho de visitação a esta Casa e às suas dependências. Agora, estamos neste Plenário, daqui a pouco vamos para uma reunião de trabalho da diretoria da UNALE e logo mais, à noite, num jantar, nos confraternizaremos com a gostosa comida mineira, que é sempre muito confortável ao nosso estômago e à nossa saúde.

Obrigado, Minas Gerais, obrigado aos meus colegas parlamentares desta Casa. E juntos lutemos por um Legislativo firme e forte e lutemos cada vez mais para que a democracia se estabeleça e que os direitos de cada cidadão possam prevalecer.

Sr. Presidente, Deputado Anderson Adauto; Deputado Orlando Pessuti, Presidente da UNALE; Agostinho Patrús, ex-Presidente desta Casa e ex-Presidente da UNALE, amigos e companheiros pares desta Casa e companheiros de toda a Diretoria da UNALE - peço permissão também para saudar minha princesa Monique e minha rainha Lenira, minha filha e minha esposa -; minhas senhoras e meus senhores, primeiramente gostaria de dizer da alegria que vivo neste momento ao receber companheiros e amigos. Posso chamar de irmãos esses Deputados de todos os Estados da Federação aqui representados, que compõem a Diretoria da UNALE.

Há um texto de Lucas, o capítulo XVII, que sempre me acompanha. Todas as vezes que alguém me diz "obrigado" ou que tenta me elogiar, me lembro desse texto, que diz o seguinte: "Depois de termos feito tudo o que devíamos fazer, podemos dizer: somos servos inúteis, fizemos apenas o que devíamos fazer". Como sei que não fiz tudo que devia fazer, nem servo inútil posso me considerar. Daí por que posso reconhecer, nas palavras do Deputado Orlando Pessuti, muito mais caridade e amizade do que propriamente justiça. Devo dizer que me alegro de poder, hoje, estar aqui desta tribuna agradecendo a presença desses companheiros, ouvindo o discurso que o Deputado Orlando Pessuti fez com o entusiasmo, com a alegria, com o afincado de defender essa entidade que já é uma realidade nacional, respeitada hoje pelo Congresso Nacional, pelo espaço que já ocupou, pelo que se propõe e pelo que já realizou. A União Nacional dos Legislativos Estaduais foi uma proposta de um grupo de Deputados inconformados com a realidade política brasileira, inconformados com o imobilismo dos parlamentos estaduais. Com isso, idealizaram uma entidade que pudesse congregiar não somente os parlamentares estaduais, como todo o corpo técnico das Assembléias Legislativas e, através dessa união - a palavra união é muito forte nesse sentido -, pudéssemos construir um Legislativo forte, que pudesse lutar, ocupando o espaço devido na defesa do pacto federativo de um Brasil melhor, de um Brasil mais democrático e de um Brasil mais solidário. Portanto, a União Nacional dos Legislativos Estaduais tem essa intenção, agora já não é intenção, é realidade. Para V. Exas. terem uma idéia, temos hoje 70 Deputados Estaduais que compõem a Frente Parlamentar em Defesa dos Legislativos Estaduais. Hoje somos convidados para os grandes debates nacionais feitos pela Câmara ou pelo Senado Federal. O que fizemos enquanto Presidente, o Deputado Orlando Pessuti vai continuar fazendo no Congresso Nacional. Os Legislativos Estaduais hoje já são ouvidos. São palavras do relator da reforma tributária, Deputado do Rio Grande do Sul: "Felizmente encontramos a UNALE para capilarizar a discussão dessa reforma tributária que o Governo Federal não queria e que as forças econômicas concentradas não queriam discutir". Por meio da UNALE, eles puderam discutir essa matéria em diversos Estados da Federação, dando a conhecer à sociedade a importância da discussão da reforma tributária. Estávamos lá discutindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e tantas outras matérias. O Presidente Michel Temer chegou a dizer: "A partir de agora, já não quero discutir nenhuma matéria de repercussão nacional sem discutir com a UNALE, com os Deputados Estaduais".

Conquistamos esse espaço. Temos muito espaço ainda que conquistar. Mas isso já é uma realidade para nós hoje.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Obrigado pelo aparte, Deputado Miguel Martini. Em nome dos seus companheiros da Assembléia Legislativa, especificamente em nome da Bancada do PFL, gostaríamos de agradecer-lhe a empreitada que V. Exa. assumiu a frente da UNALE. V. Exa. valorizou e fez mais participativa a presença dos parlamentares dos Legislativos Estaduais no cenário nacional. Portanto, gostaríamos de parabenizá-lo por essa missão que V. Exa. desempenhou tão bem e que deixa os seus colegas aqui orgulhosos por ter realizado esse trabalho, em nível nacional, reconhecido, tenho certeza, por todas Assembléias Legislativas do País.

Gostaria também de desejar ao nosso grande Presidente Agostinho Patrús, que também foi Presidente e fez a transição entre aquele colégio de Presidentes do Legislativo e a União Nacional dos Legislativos. Foi um avanço extraordinário e gostaríamos também de parabenizá-lo.

Ao Deputado Orlando Pessuti, gostaríamos de desejar-lhe sucesso à frente da UNALE. Já conhecemos o perfil de V. Exa., de pessoa que deseja as coisas avante. Queremos dizer que nós, da Bancada do PFL, todos somos integrantes da UNALE, e, com certeza, V. Exa. vai conseguir arrebatar os outros legisladores estaduais para, cada vez mais, os Legislativos ficarem fortes. Muito obrigado pelo desafio que V. Exa. assume.

Deputado Miguel Martini, estamos felizes porque o emprestamos para essa missão, mas agora estamos felizes porque V. Exa. volta para o nosso seio e poderá viver conosco mais tempo. Muito obrigado e sucesso.

O Deputado Miguel Martini - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau. Concedo aparte ao Deputado Márcio Cunha, a quem agora passamos o bastão, uma vez que é o representante de Minas na diretoria da UNALE. Tenho a certeza de que, pela competência, pela seriedade, enfim, pela forma como se tem conduzido na Casa, saberá conduzir-se muito bem como representante de Minas na diretoria da UNALE.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Obrigado, ilustre Deputado Miguel Martini, ilustres Srs. e Sras. Deputadas e demais Deputados aqui convidados por nós e integrantes hoje da diretoria da UNALE, que nos prestigiam com a sua honrosa presença, em primeiro lugar, gostaria de, mais uma vez - e tenho a certeza de que também falo em nome de V. Exa. -, em nome desta Casa, enfim, em nome de todos nós, parlamentares de Minas, dizer da nossa alegria e da nossa satisfação em receber parlamentares de praticamente todos os Estados da Federação.

Minas hoje se orgulha de recebê-los. Minas tem se orgulhado da Assembléia que tem e do trabalho que aqui se tem realizado. Hoje pude perceber que estamos no caminho certo e que o trabalho que aqui fazemos - e não só nós, mas também a assessoria da Casa - produz efeitos. Esse trabalho tem sido elogiado e é, sem dúvida alguma, motivo de satisfação. Vi no semblante os elogios dos diversos Deputados, parabenizando-nos pelo trabalho que aqui se faz e pela estrutura que temos, em nome, é claro, da atividade maior nossa, que é representar o povo de Minas.

Nesse sentido, quero agradecer ao nosso Presidente Orlando Pessuti e a todos os integrantes da UNALE o carinho que estão tendo ao tentarmos aqui recebê-los com certa fidalguia. Verificamos que o reconhecimento é muito bom. Isso nos deixa extremamente felizes. Então, o nosso carinho especial a cada um de V. Exas.

Queria pedir permissão a V. Exas. para, ao apartear o companheiro Miguel Martini, fazer um elogio e uma homenagem ao Deputado Miguel Martini. Sou insuspeito de fazer isso, porque aqui, tanto eu como o ilustre Deputado somos de partidos diferentes e somos até momentaneamente adversários. Temos tido na Casa calorosos embates, mas, sem dúvida alguma, o que deseja o Deputado Miguel Martini para esta Assembléia e para o exercício dos Deputados Estaduais de todo o Brasil é o mesmo que hoje também desejo.

Tenho a certeza de que não vou conseguir substituir à altura o trabalho que realizou o Deputado Miguel Martini. Mas tenho a certeza de que, pela sua humildade, pelo seu esforço, pela sua competência, pela sua inteligência, será para mim a pessoa que guiará meus passos na UNALE, que me orientará. Portanto, vou poder prestar algum serviço a essa entidade, que congrega a nós todos, Deputados.

Nesse momento excepcional na história política brasileira, em que existe um desrespeito ao pacto federativo e a nós, que representamos os mais legítimos interesses da população brasileira, temos a obrigação e o dever de nos unir por meio de uma entidade que começou há pouco tempo, mas que já é forte, por causa da experiência de seus condutores, como o companheiro Pessuti, que já está em seu quinto mandato no Paraná.

Não é à toa que o Deputado Pessuti foi eleito por cinco vezes consecutivas, ele efetivamente representa os melhores e maiores interesses do povo do Paraná. Portanto, merece ser reconduzido à Assembléia Legislativa do Paraná e, sem dúvida alguma, é merecedor da honraria de presidir a nossa entidade.

No entanto, Pessuti, neste momento gostaria de homenagear o Deputado Miguel Martini, por tudo que fez pela entidade, que, quando aqui ingressei - sou Deputado de primeiro mandato -, conhecia muito pouco, mas pela qual pude perceber, ao longo do tempo, o trabalho e o espírito do Deputado Miguel Martini. Podemos ter algumas divergências, mas convergimos em muitos pontos, especialmente, ilustre Deputado, quanto ao seu espírito cristão.

Fiquei muito feliz por ver a homenagem que fez à sua filha e à sua esposa, que estão presentes. Parabéns, pela alma e pelo espírito que tem. Tenha certeza de que, na UNALE, representarei Minas, mas, acima de tudo, representarei o seguimento do trabalho que V. Exa. tão bem desenvolveu à frente dessa entidade. Receba - sei que posso falar assim -, em nome de todos desta Casa, a nossa homenagem pelo seu trabalho. Obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, quero agradecer a oportunidade de me manifestar também.

Saúdo o Presidente da Mesa, Deputado Agostinho Patrús, ex-Presidente da UNALE, o Deputado Pessuti, atual Presidente dessa entidade, companheiros Deputados Estaduais e companheiras Deputadas também componentes da UNALE. É uma alegria ver companheiras Deputadas participando ativamente.

Gostaria de dedicar minha saudação ao Deputado Miguel Martini, bravo lutador pela UNALE. É bom ter a presença da esposa e da filha, porque, somente com altos custos, a família pôde suportar o período em que o Deputado Miguel Martini visitou muitos lugares deste País, levando essa idéia tão importante para todos os Deputados Estaduais, lutando pelo espaço de legislar dos Deputados Estaduais. Por isso a minha manifestação, Deputado Martini, é de carinho, de reconhecimento pelo trabalho que V. Exa. realizou e tem realizado na UNALE, sonho de todos nós.

Gostaria ainda de mencionar algo que interessa muito a V. Exa.: essa greve que estamos vivendo. Fomos atacados por um Deputado que, antes, defendia os professores. Mas, como os professores lêem tudo, estudam tudo, deram um destaque especial ao Deputado. Pena que não são menções interessantes, porque o chamam de carreirista, de ter usado o movimento dos professores para se eleger, mas que, agora, vira-lhes as costas. Nada mais conservador do que a esquerda no Palácio. Muito obrigado e parabéns.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa., lembrando que Minas muito já colaborou com a UNALE. No início, com o companheiro Agostinho Patrús, com V. Exa., e hoje recebemos, aqui em Minas, a nata da UNALE. Aqui temos os grandes fundadores e colaboradores da UNALE. Parabeno V. Exa. por seu trabalho, pelo dinamismo, por tudo que fez pela entidade, dando boas-vindas aos companheiros presentes. Parabeno sua família, na pessoa de sua esposa e sua bela filha, que compreenderam o seu trabalho e a sua dedicação à UNALE. Parabéns a você, ao Agostinho e aos demais companheiros da UNALE, que hoje visitam as nossas Minas Gerais, conhecendo a nossa Belo Horizonte e a grandeza de seu povo. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Agradeço as palavras elogiosas dos companheiros, as quais são fruto mais da caridade do que da justiça. Agradeço ao meu gabinete o suporte que me deu. Agradeço, na pessoa do Dr. Décio, da Silvia Rubião e da Vanda, a toda a assessoria da UNALE o apoio que me deu a fim de que pudéssemos colocar alguns tijolos na construção dessa grande entidade, cuja dimensão que pode alcançar não podemos avaliar.

Agradeço aos companheiros de bancada a compreensão, dizendo-lhes que tudo começou com o Deputado Agostinho Patrús, quando Presidente desta Casa, que me deu todo o suporte para participar da entidade. Ele é que foi o timoneiro daquele início de UNALE, hoje uma realidade no Brasil. Reconhecemos o seu apoio e a importância da sua participação para a construção dessa grande entidade.

Agradeço ao Deputado Anderson Aduato todo o apoio - que nunca me faltou nesta Casa - para desenvolver minhas funções. Não poderia deixar de agradecer a minha esposa e filhos o sacrifício que fizeram, entendendo o chamado, a missão por mim recebida de contribuir na melhoria da democracia do nosso País, construindo uma entidade forte que congrega os Legislativos Estaduais.

Encerro dizendo que não tive companheiros de diretoria, tive, mais do que companheiros, amigos, e, mais do que amigos, tive irmãos. Posso dizer - segurando a emoção, vendo tantos companheiros - como Milton Nascimento, em "Canção da América": "Amigo é coisa pra se guardar debaixo de sete chaves". Quero guardá-los a sete chaves no meu coração. Uma das grandes coisas que construí, à frente da UNALE, foi a amizade de todos vocês.

Hoje, presidindo a Comissão de Saúde, quando os vi chegando, senti grande emoção e alegria, porque são como irmãos, ou seja, são grandes amigos. Graças à UNALE, qualquer um de nós, participantes, em qualquer Estado da Federação, terá um amigo para recebê-lo, com carinho, com atenção e com o apoio que precisar. Isso, talvez, seja o mais importante de tudo, porque, assim, tornamos o Brasil muito próximo, pois, sendo amigos, a nossa comunicação estreita-se.

Deputado Orlando Pessuti, tenho certeza de que V. Exa. e toda a Diretoria da UNALE farão excessivamente além do que pudemos fazer, porque, certamente, são muito mais competentes do que pudemos ser. Peço perdão pelas minhas limitações e pelas minhas fragilidades. Não fiz mais apenas porque fui incapaz, não porque não desejasse, pois amo a UNALE. Tenho certeza de que V. Exas. a amam tanto quanto eu. Admito que alguém a ame igual, e não mais do que eu, porque a amo com paixão. Acredito que um sonho que se sonha sozinho não é mais do que um sonho. O sonho que se compartilha já começa a tornar-se realidade. Por isso, a realidade do novo pacto federativo, de um Legislativo mais forte e de um Brasil mais democrático e mais solidário, para mim, já é realidade, porque já começamos a compartilhar tudo isso, graças à UNALE. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Ocupando esta Presidência por designação do nosso Presidente Anderson Aduato, agradeço a todos os companheiros pelas merecidas palavras. Congratulo-me com o Deputado Miguel Martini e com o Deputado Orlando Pessuti pelo que tanto têm realizado em nossa UNALE.

Palavras do Deputado Hermínio Jota Barreto

Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús; Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato; Sr. Presidente, Deputado Orlando Pessuti; eterno Presidente Deputado Miguel Martini; Srs. Deputados e Sras. Deputadas, representando a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e todo o Centro-Oeste brasileiro, faço questão de ler uma moção de louvor, votada por todos os Deputados e Deputadas do Estado de Mato Grosso, de iniciativa do Vice-Presidente da UNALE, Deputado Humberto Bosaipo. Como brasileiro, preocupado com o pacto federativo e com o avanço do Poder Legislativo dos Estados brasileiros, cumprimentando o povo de Minas Gerais, passo a ler a moção aprovada: (- Lê:)

"Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que encaminhe ao Exmo. Sr. Deputado Miguel Martini, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, moção de louvor vazada nos seguintes termos: "A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, representando o pensamento de sua gente, vem manifestar o reconhecimento público à pessoa do Deputado Miguel Martini, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em face do excelente trabalho desenvolvido frente à Presidência da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE -, no período de 1999 a 2000".

Sua liderança, competência, engajamento e expressiva participação no movimento desenvolvido pela UNALE, em prol do fortalecimento do papel dos Legislativos Estaduais, proporcionou excepcional ganho de qualidade e credibilidade para nossa entidade.

Receba, então, o reconhecimento público dos Deputados de Mato Grosso, com a manifestação do respeito e da admiração de todos os matogrossenses.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000.

Deputado Humberto Bosaipo, 1º Secretário."

Meus cumprimentos e parabéns ao eterno Presidente, Deputado Miguel Martini.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado Orlando Pessuti a proceder à entrega da placa de homenagem da UNALE ao ex-Presidente, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Orlando Pessuti - (- Lê:): "A União Nacional dos Legislativos Estaduais presta justa homenagem ao Deputado Miguel Martini, de Minas Gerais, por sua expressiva participação na criação e no trabalho de fortalecimento da nossa entidade. Brasília, maio de 2000. Deputado Orlando Pessuti, Presidente; Deputado Pedro Eurico, Secretário-Geral".

- Procede-se à entrega da placa.

Entrega de Flores

O Sr. Presidente - A Presidência convida a Sra. Zulma Maria Braga de Oliveira Cunha, esposa do Deputado Márcio Cunha, a proceder à entrega de flores, em nome da UNALE, à Sra. Leny Andrade Martini, esposa do Deputado Miguel Martini.

- Procede-se à entrega de flores.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência agradece mais uma vez a presença de importantes companheiros de 14 Estados brasileiros e Deputados estaduais que estão, na realidade, exercendo a importante missão de ser os porta-vozes de seus Estados junto à União e que, mais uma vez, honrando a nossa terra, elegem as nossas Minas Gerais para realizarem a sua primeira reunião de diretoria. Essa UNALE, que nasceu da luta e do entusiasmo de tantos Presidentes das Assembléias Legislativas, de tantos companheiros que lutavam na UPI e que, através de algumas reuniões realizadas, chegamos à conclusão de que o melhor seria termos uma entidade forte, unida e que realmente congregasse os 1.074 Deputados Estaduais brasileiros, para que pudessem ajudar este País a compreender melhor as suas dificuldades, as suas diferenças regionais, pudessem compreender as necessidades de uma melhor distribuição de renda, de um melhor fortalecimento do federalismo. Enfim, são tantas e tantas as nossas lutas e os nossos temas que encontraram em Miguel Martini e em Orlando Pessuti as pessoas indicadas para nos liderar. E temos em Orlando Pessuti uma esperança muito grande, na sua Presidência e na sua Diretoria, juntamente com os companheiros que estão ao seu lado na mesma batalha, para que possamos fazer dessa entidade uma entidade cada vez maior.

Agradecemos, portanto, a presença dos companheiros que vêm de todas as partes do País. Minas Gerais sente-se honrada e agradecida, principalmente pelo entusiasmo com que se dedicaram a esse trabalho tão importante para o nosso País.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos convidados pela honrosa presença.

ATA DA 26ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de CPI do Narcotráfico

Às quinze horas do dia quatorze de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, Marco Régis, Paulo Piau, Rogério Correia, José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o depoimento de pessoas relacionadas com o resgate do preso Flávio de Souza e tratar de assuntos de interesse da comissão. O Deputado Marcos Régis, por solicitação do Presidente, lê correspondência da Comissão Legislativa de Inquérito do Narcotráfico da Câmara Municipal de Montes Claros encaminhando relatório parcial dos trabalhos. Prosseguindo, o Presidente determina a presença dos depoentes, cada um por sua vez, lê os procedimentos legais e regimentais pertinentes à CPI, e se passa a ouvir, conforme notas taquigráficas, os Srs. Ronaldo Pereira, Auxiliar de Escritório e ex-detento; Luiz Carlos de Oliveira, Detetive da Polícia; Alexandre Tadeu Ramos, Agente Penitenciário; Solon Eustáquio de Castro, Diretor-Geral da Casa de Detenção Dutra Ladeira; Adalto Martins, ex-Vice-Diretor da referida unidade penal; e a Sra. Nilza Rodrigues Vicente, Escrivã de Polícia e Dentista da Casa de Detenção. Durante essa fase, comparecerem ao recinto os Deputados Carlos Pimenta e Sargento Rodrigues e registra-se a presença dos Deputados Agostinho Silveira e Antônio Andrade. A Comissão avalia a necessidade de se ouvir novamente, a partir desse momento e em reunião fechada, o Sr. Ronaldo Pereira, motivo pelo qual o Presidente solicita a saída do público presente. Reabertos os trabalhos ao público, são apresentados e aprovados seis requerimentos: do Deputado Marco Régis solicitando cópia da fita do sistema de segurança do consultório, quando do resgate do preso; do Deputado Rogério Correia (4) solicitando sejam quebrados os sigilos telefônicos que especifica; seja instaurada sindicância, pela Corregedoria de Polícia, sobre o resgate; sejam enviadas ao Secretário da Segurança Pública cópias das declarações prestadas, em procedimento que teve acesso, as quais revelam a prática de ato de improbidade administrativa por parte do Inspetor Cezarino; seja, da mesma forma e pelo mesmo motivo, enviadas cópias ao Ministério Público de Uberlândia; do Deputado Paulo Piau solicitando seja enviado resposta da CPI ao jornal "O Triângulo", tendo em vista matéria do dia 10 próximo passado, que imputa manifestação da Comissão quanto ao depoimento do Prefeito de Araporã, a qual não condiz com os pronunciamentos dos seus membros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Amílcar Martins.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 45ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 4/7/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 47ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 4/7/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 932/2000, do Deputado Carlos Pimenta; 1.059/2000, do Deputado Eduardo Brandão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n°s 1.480 e 1.512/2000, do Deputado João Paulo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 44ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 14h30min do dia 4/7/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.004/2000, do Deputado Márcio Kangussu.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 873/2000, do Deputado Arlen Santiago; 976/2000, do Deputado José Milton; 982/2000, do Deputado Anderson Aduino; 1.013/2000, do Deputado Luiz Fernando Faria; 1.020/2000, da Deputada Maria José Hauelsen.

Requerimento nº 1.507/2000, da Deputada Elbe Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 36ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 4/7/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.482/2000, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da CPI das Licitações, a realizar-se às 15h30min do dia 4/7/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Flávio Goes Menicucci, Diretor-Geral do DER-MG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial do Micro GeraEs, a realizar-se às 14 horas do dia 5/7/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia para as 9 e as 14 horas do dia 3/7/2000, destinadas à realização do I Seminário Regional Interlegis.

Palácio da Inconfidência, 30 de junho de 2000.

Anderson Aduino, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 777/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa da Deputada Elaine Matozinhos, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Sindicato dos Treinadores, Técnicos, Preparadores Físicos, Empregados de Clubes, Associações, Ligas e Federações de Futebol do Estado de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinado o projeto, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma em que foi apresentado.

Dando prosseguimento à tramitação do processo, compete agora a esta Comissão apreciá-lo conclusivamente, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 102, VI, c/c o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O mencionado Sindicato tem por objetivo representar as categorias a ele filiadas perante as entidades desportivas e de entretenimento em geral, além de promover seminários, cursos e outros eventos, buscando o aperfeiçoamento, a evolução técnica e científica dos profissionais.

Pela importância que representa o trabalho da instituição em prol da convivência democrática, da solidariedade e o do fortalecimento dos associados, justo e meritório se faz o título que se lhe pretende outorgar.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 777/99 na forma proposta.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2000.

Eduardo Brandão, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 982/2000

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De iniciativa do Deputado Anderson Adatao, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Primavera, com sede no Município de Carneirinho.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva em turno único, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação desenvolve ações junto à comunidade buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais carentes.

Seu trabalho inclui a promoção de atividades sociais, culturais e desportivas. Além disso, a entidade ministra cursos de datilografia, corte e costura e outros, para inserir os beneficiários no mercado de trabalho. Oferece, ainda, aos associados assistência jurídica, educacional, médica e odontológica, gratuitamente.

Pelas atividades de eminente caráter filantrópico que desempenha, somos favoráveis a que lhe seja outorgado o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 982/2000 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2000.

Agostinho Silveira, relator.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 29/6/2000, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Nº 15/2000, do Sr. Sylo da Silva Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que esta Corte apreciou o Balanço Geral do Estado de Minas Gerais referente ao exercício de 1999, sobre o qual emitiu parecer prévio, e encaminhando cópia do processo que contém o referido parecer. (- Anexa-se à Mensagem nº 109/2000.)

Da Sra. Maria Elvira, Deputada Federal (3), agradecendo os convites para os Debates Públicos Reserva Legal e Área de Preservação Permanente e A Dívida e a Violência Institucional e para o Ciclo de Debates Transposição das Águas do Rio São Francisco.

Do Sr. Altir de Souza Maia, Presidente do Sindicato Rural de Unai, agradecendo o convite para o Ciclo de Debates Transposição das Águas do Rio São Francisco.

Do Sr. Carlos Eduardo de Freitas, Diretor do Banco Central do Brasil, em atenção a requerimento do Deputado Alencar da Silveira Júnior, prestando esclarecimentos sobre o Regime de Administração Especial Temporária - RAET - no BANESPA.

Do Sr. José Ferraz, Presidente em exercício da 3ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que essa Corte determinou o arquivamento dos autos referentes a atos de gestão desta Assembléia Legislativa, acerca da remuneração dos Deputados Estaduais, no exercício de 1997.

Do Sr. Sérgio Bruno Zech Coelho, Secretário de Esportes, comunicando celebração de convênio com o Município de Matias Barbosa, conforme especifica. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Transportes, encaminhando informações do DER-MG relativas a pedido contido no Requerimento nº 1.180/2000, do Deputado Gil Pereira.

Dos Srs. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, e Antônio Francisco Patente, Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais, encaminhando relação de contratos realizados com dispensa e inexigibilidade de licitação a partir de janeiro de 1995. (- À CPI das Licitações.)

Do Sr. Gumercindo Vinand, Deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, agradecendo o convite para a visita técnica da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce, realizada em Ipatinga.

Do Sr. Paulo Rogério dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando documentação que resultou de audiência pública realizada nessa Câmara.

Do Sr. Altary de Souza Ferreira Júnior, Prefeito Municipal de Congonhas, agradecendo a indicação de seu nome para receber a Medalha de Honra da Inconfidência.

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, prestando informações sobre o sistema de atendimento dessa empresa, em atenção ao Requerimento nº 1.254/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Do Sr. Eloy Alves Filho, Superintendente Regional do INCRA em Minas Gerais, encaminhando, em atenção a requerimento da Comissão de Política Agropecuária, cópia do laudo da vistoria da Fazenda Tangará. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.368/2000.)

Do Sr. Afonso Ligório de Faria, Superintendente do INSS em Minas Gerais, encaminhando, em atenção a requerimento da Comissão do Trabalho, informações sobre a situação do segurado José Lopes de Faria. (- Anexe-se ao requerimento s/nº da Comissão do Trabalho encaminhado por meio do Ofício nº 886/2000/DLE.)

Da Sra. Júnia Castelar Savaget, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, agradecendo o convite para reunião da Comissão de Direitos Humanos e informando que foi instaurado nessa Procuradoria inquérito para apuração da ocorrência de trabalho de menores em Contagem. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Ambrosina Manoelita Vilela de Melo, Vereadora à Câmara Municipal de Florestal, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao Centro Universitário Newton Paiva - UNICENTRO.

Do Sr. Celso Castilho de Souza, Chefe de Gabinete da Secretaria de Indústria e Comércio, comunicando, em atenção a requerimento da CPI das Licitações, que os dados solicitados já foram encaminhados a esta Casa, por meio do Ofício SEIC/GAB nº 476/2000. (- À CPI das Licitações.)

Da Sra. Clarissa Ramos Duarte, Assessora da Secretaria Adjunta da Justiça e de Direitos Humanos, comunicando, em atenção a requerimento da Comissão de Direitos Humanos, que o assunto foi encaminhado ao exame do Juiz da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.392/2000.)

Da Sra. Luciana Miranda de Souza Climaco, Superintendente de Desenvolvimento Organizacional da Secretaria da Saúde, enviando, em atenção a requerimento da CPI das Licitações encaminhado por meio do Ofício nº 725/2000/DLE, os relatórios das Diretorias Regionais de Saúde de Ituiutaba e Pedra Azul. (- À CPI das Licitações.)

Da Sra. Carmen Lúcia Miranda Silvera, Coordenadora-Geral de Convênios da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando documentação relativa a convênio firmado entre esse órgão e a Fundação Ezequiel Dias. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Sílvio de Carvalho Grossi, Presidente em exercício da Associação Mineira de Municípios - AMM -, solicitando o empenho da Casa na rejeição do Projeto de Lei nº 830/2000. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 830/2000.)

Do Sr. Dejandir Dalpasquale, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB -, encaminhando o Relatório de Atividades da OCB referente ao exercício de 1999.

Do Sr. Eduardo Lima Costa, Gerente da Qualidade da TELEMIG Celular, informando, em atenção a requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria encaminhado por meio do Ofício nº 1.215/2000/DLE, que a instalação de sistema de telefonia móvel no Município de Mercês não está incluída na proposta de expansão deste ano.

Do Sr. Valério Maciel, Assessor de Comunicação da MAXITEL, informando, em atenção a requerimento do Deputado Rogério Correia encaminhado por meio do Ofício nº 956/2000/DLE, que a instalação de torre de telefonia celular no Município de Caputira não pode ser realizada no momento.

De representantes de associações participantes do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, encaminhando carta com reivindicações apresentada durante o Seminário Ampliando o Debate e a Participação Social. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Jarbas Medeiros, agradecendo voto de congratulações formulado a partir de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.366/2000.)

TELEGRAMAS

Do Sr. Itamar Franco, Governador do Estado, informando que recebeu a comunicação de que esta Casa aprovou o nome do Sr. Flávio Goes Menicucci para o cargo de Diretor-Geral do DER-MG.

Dos Srs. Antônio do Valle, Deputado Federal; Sérgio Lellis Santiago, Presidente do Tribunal de Justiça; Chico Ferramenta, Prefeito Municipal de Ipatinga; Flávio Menicucci, Diretor-Geral do DER-MG; Carlos Eduardo Brasil, da Brasvel; e Paulo Sérgio, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao Centro Universitário Newton Paiva.

CARTÕES

Do Gen.-de-Divisão Rômulo Bini Pereira, Comandante da 4ª RM e da 4ª DE; Ubiratan Soares de Sá, Subsecretário de Assuntos Municipais; Cláudio B. Guerra, Secretário Adjunto de Meio Ambiente, agradecendo o convite para a reunião especial em que se homenageou o Centro Universitário Newton Paiva.

Do Gen.-de-Divisão Rômulo Bini Pereira, Comandante da 4ª BM e da 4ª DE; Romeu Queiroz, Deputado Federal; Marcos Pereira Cardoso, Cônsul Honorário do Paraguai, em Belo Horizonte; Sebastião Antônio dos Reis e Silva, Diretor Regional do SENAC em Minas Gerais; Axel Sorensen, Secretário Adjunto de Transportes e Obras Públicas, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração aos 225 anos da PMMG e a 1 ano de desmembramento do Corpo de Bombeiros Militar.

Do Sr. Clóvis Aparecido Nogueira, Prefeito Municipal de São Lourenço, agradecendo convite para participar de evento realizado nesta Casa.

Do Sr. Axel Sorensen, Secretário Adjunto de Transportes e Obras Públicas, agradecendo o convite para o Debate Público Transposição das Águas do Rio São Francisco.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

150ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 14/6/2000

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, pessoas presentes nas galerias, nesta oportunidade, valorizamos, sobremaneira, a XII Olimpíada Estadual das APAEs de Minas Gerais e Instituições Especializadas, que aconteceu em Leopoldina, numa promoção da Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, realizada pela APAE de Leopoldina, de 24/5/2000 a 28/5/2000. Foram cinco dias de intensas atividades desportivas, em que competições olímpicas, disputas, jogos e torneios dividiram espaço com atividades recreativas e culturais, em momentos especiais de confraternização e integração.

Participaram dessa olimpíada 21 delegações, representando as diversas regiões do nosso Estado, entre elas as regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Sul, Triângulo, Jequitinhonha, Vale do Aço, Circuito das Águas, Campos das Vertentes, Centro, Noroeste e a nossa Zona da Mata. Foram 800 pessoas envolvidas naquele evento, que mobilizou e movimentou a cidade de Leopoldina, revelando talentos, potencialidades, carismas, num exemplo de cidadania e humanidade.

No dia 26/5/2000, aconteceu a abertura oficial da Olimpíada, com um grandioso desfile que coloriu a R. Barão de Cotegipe até a Praça João XXIII, contando com a participação de alunos de diversas escolas estaduais, municipais e particulares e com fanfarras, além das próprias delegações e de muita emoção, traduzida no momento do acendimento da pira olímpica, com a tocha sendo conduzida pelo atleta Marco Antônio, da APAE de Leopoldina, seguindo-se o juramento dos atletas e a queima de fogos. Leopoldina foi, naquele momento, especial para todos os presentes, como o são para nós todos os nossos alunos e atletas.

Como resultado final, a APAE de Leopoldina classificou dois atletas para a Olimpíada e torneios nacionais: o atleta Carlos Silvano, medalha de ouro em três categorias no atletismo, e Christian Rossi Furtado, medalha de ouro no tênis de mesa da Olimpíada e no torneio mineiro de tênis de mesa, promovido pela ARDEM, evento que ocorreu paralelamente à Olimpíada.

Encerramos essa Olimpíada com uma linda festa na quadra do Colégio Imaculada Conceição, com apresentações artísticas das APAEs de Leopoldina, de Além Paraíba e de Ponte Nova e do grupo folclórico Assum Preto, seguidas pelas premiações.

Temos a certeza de que, mais uma vez, a comunidade apaiana, em parceria com a comunidade leopoldinense, cumpriu o seu papel na defesa e inclusão da pessoa portadora de deficiência, registrando uma bela página na história mineira.

Quero, nesta oportunidade, parabenizar o ilustre Presidente da APAE de Leopoldina, nosso querido amigo Dr. Cleverson; o Vice-Presidente, Dr. José Nilton; o Prefeito Márcio Freire e o ilustre Deputado Federal Eduardo Barbosa, que foi uma das pessoas que mais contribuíram para a realização dessa olimpíada. Foi um momento realmente excepcional na vida social, política e administrativa da sociedade de Leopoldina. No campo das APAEs, foi marcante a atuação de todas as comunidades, que participaram desse evento inesquecível para todos nós.

Quero, também, aproveitando esta oportunidade, valorizar a exposição agropecuária da cidade de Volta Grande, da qual participamos. Foi uma exposição feita pela Prefeitura local - comandada pelo Prefeito Euler e pelo Vice-Prefeito Ari Campanati -, juntamente com o sindicato rural do município, capitaneado por seu ilustre Presidente, Dr. Rodrigo Alvim. Fizeram uma grande exposição, mostrando a força e o poderio do produtor rural dessa querida cidade. Mostraram animais de porte extremamente bem cuidados e deram uma grande demonstração de que o trabalho feito pelos produtores rurais tem sido eficiente, o que foi valorizado por todos aqueles que tiveram oportunidade de ir a essa cidade.

Quero, ainda, parabenizar um grande brasileiro, o tenista Guga, pela conquista do bicampeonato de Roland Garros, na França, mostrando a força deste País nesse esporte. No passado, tivemos Maria Ester Bueno, que também brilhou como tenista. Agora, este jovem talentoso, determinado, de muita garra deu aos brasileiros essa alegria. Está de parabéns o Estado de Santa Catarina, onde vive Guga.

Interpretamos aqui o sentimento dos nossos desportistas, que têm por esse jovem de valor uma grande admiração. Esta Casa, evidentemente, não poderia deixar, neste momento, de se manifestar e de parabenizar esse jovem desportista, que deu, mais uma vez, uma grande alegria ao povo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, galerias, a Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - comemora os seus 225 anos de existência.

Criada em 9/6/1775, a Polícia Militar está encarregada do policiamento, patrulhamento, preservação e restauração da ordem pública; da segurança no trânsito urbano e rodoviário; da proteção às florestas, lagos e rios, à fauna e à flora; da defesa do patrimônio histórico e artístico, bem como de participação na defesa civil.

Tem ainda a função de dar garantia do exercício do poder de polícia aos órgãos e entidades públicas, inclusive os municípios.

Respeitada no País e admirada pelos mineiros, a PMMG tem sua história marcada por uma atuação correta, sempre voltada para o bem comum e a tranquilidade da população.

Desde a preparação moral e profissional de seu efetivo até o desenvolvimento de ações comunitárias, o trabalho da Polícia Militar é certeza de organização e eficiência.

Ao homenagear o aniversário de criação da PMMG, quero manifestar o meu aplauso a todos os seus integrantes e, de modo especial, ao seu Comandante-Geral, Cel. Mauro Lúcio Gontijo.

Destaco ainda o excelente trabalho do 3º Batalhão da PM, de Diamantina, comandado pelo Ten.-Cel. Rômulo B. Diniz, e o da 39ª Cia. Especial de Polícia Militar, sediada em Curvelo, sob o comando do Maj. Décio Borges da Cunha.

Nessa história de lutas e glórias, muitos são os que, como o Alferes Tiradentes, tomaram em defesa de todos. Àqueles que deram sua vida no cumprimento do dever, o respeito de todos nós e a certeza de que são hoje páginas heróicas, numa epopéia em que os ideais e a disciplina são maiores que os sonhos.

Que o futuro coroe de muitos outros louros a Polícia Militar de Minas Gerais, patrimônio de nossa gente, orgulho dos mineiros, exemplo para o Brasil.

Sr. Presidente, quero apresentar o seguinte requerimento:

- Lê requerimento em que solicita a constituição de Comissão de Representação para proceder a levantamento das condições atuais das cadeias públicas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A justificação do requerimento é a que se segue.

"Este Legislativo e a comunidade vêm acompanhando os esforços do Governo Estadual, por meio das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Justiça e de Direitos Humanos, para solucionar o grave problema da superlotação e das condições subumanas em que os presos se encontram nas cadeias públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O mais recente melhoramento foi a construção do estabelecimento situado no Bairro Nova Gameleira, o chamado "Cadeião", vinculado à Secretaria da Segurança Pública.

O trabalho da Comissão terá por objetivo visitar as cadeias e o novo estabelecimento prisional, avaliando a situação dos presos, para, se, for o caso, posteriormente propor ao Executivo ações efetivas para solução dos problemas atuais. Sugere-se sejam integrantes da Comissão pelo menos dois membros da Comissão de Administração Pública e dois da Comissão de Direitos Humanos; e sejam convidadas a integrá-la o Secretário da Segurança Pública e a Secretária da Justiça e de Direitos Humanos.

Sugere-se também que o relatório e as propostas apresentadas pela Comissão sejam levados ao debate a ser realizado nesta Casa em julho próximo."

Era esse o requerimento. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, gostaríamos de ter apartado o Deputado Doutor Viana, nosso querido companheiro da região de Curvelo, mas, infelizmente, quando chegamos ao Plenário, já estava no final da sua fala. Gostaríamos, Doutor Viana, de parabenizar V. Exa. pelas palavras dirigidas aqui à Polícia Militar, à qual temos a grande honra de ter pertencido durante 15 anos no serviço ativo, sendo agora Sargento da reserva dessa querida corporação, que estimamos muito. Sabemos que existem várias coisas a serem acertadas dentro da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares. Entendemos que isso faz parte de uma lapidação, de um processo natural de mudanças. Com a abertura que se deu após o movimento de 1997, esse espaço democrático vem possibilitando às entidades de classe e demais companheiros participarem de uma polícia mais democrática.

Foi aprovado requerimento de nossa autoria solicitando reunião especial em homenagem à Polícia Militar pelos seus 225 anos, completados agora, no dia 9 de junho. Essa reunião acontecerá no dia 20/6/2000, e, na ocasião, gostaríamos de contar com a presença dos demais Deputados. Vamos homenagear a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares. Gostaríamos de contar com os Deputados desta Casa e com os representantes das entidades de classe do funcionalismo público, com quem mantemos parceria.

Entendemos, Doutor Viana, que suas palavras realmente vêm fortalecer o trabalho daqueles que arduamente estão desempenhando suas funções.

E, para não ficarmos aqui simplesmente prestando uma homenagem, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, inicialmente, tínhamos pedido ao Governador Itamar Franco que encaminhasse a esta Casa um projeto de lei tratando do seguro de vida dos policiais civis e militares e dos Agentes Penitenciários, já que o contrato celebrado entre o Governo anterior e a seguradora ficava muito mais caro. Entendemos que esse seguro estava sendo ruim e prejudicial para os cofres públicos. Por ele, o Governo estava gastando cerca de R\$3.000.000,00, mas pagava de R\$250.000,00 a R\$300.000,00 por ano de indenização às famílias dos policiais que morriam em confronto.

O Governo assumiu o compromisso de enviar um projeto de lei a esta Casa. Infelizmente, o projeto que aqui chegou não atendia aos policiais militares e civis e aos Agentes Penitenciários. O projeto se limitava apenas à indenização no valor de 20 salários do servidor. Em primeiro lugar, achamos isso discriminatório, porque, se o Soldado tem hoje um salário de cerca de R\$900,00 brutos, o salário do Coronel atinge cerca de R\$5.000,00. O policial que se encontra nas ruas combatendo o crime não tem o salário do Coronel que está, em nível estratégico, administrando a corporação. O primeiro ponto que este Deputado detectou nesse projeto foi o fator discriminatório. Não estou falando apenas do Soldado, mas também do Detetive, do Delegado-Geral de carreira, do Agente Penitenciário e do Sr. Secretário da Justiça.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Administração Pública, onde, juntamente com o Deputado Sebastião Navarro Vieira, tivemos a oportunidade de apresentar um substitutivo que elevava a indenização para 50 mil UFIRs no caso de morte e 25 mil UFIRs no caso de invalidez. Para os senhores terem uma idéia, a Polícia Militar do Estado de São Paulo indeniza as famílias de policiais com apólice de seguro de R\$100.000,00. Para se ter ainda outro paralelo, tivemos oportunidade de estar nos Estados Unidos, visitando os organismos de segurança pública, e verificamos que se pagam à família do policial US\$100.000,00 de indenização, e a vida da família e dos filhos é mantida pelo Estado até a faculdade. Sabemos que a realidade do nosso País é outra, mas Minas Gerais não pode ficar tão aquém do Estado de São Paulo, já que temos a segunda arrecadação do País.

Dessa forma, Sr. Presidente, entendemos que esse projeto poderia ser um pouco melhorado. Tivemos a oportunidade de levar esse pleito ao Líder do Governo, Deputado Sávio Souza Cruz. Infelizmente, esse seguro de vida dos policiais civis e militares e dos agentes penitenciários foi tratado pela lei delegada. Houve a alegação de que essa matéria seria tratada no plano de carreira. Entendemos que o plano de carreira da Polícia Militar está previsto no estatuto que posteriormente será enviado pelo Governador; o da Polícia Civil, em lei orgânica, e assim por diante, também no que diz respeito aos Agentes Penitenciários.

Entendemos que a Assembléia Legislativa, quando delegou ao Governador do Estado poderes para que procedesse aos aumentos diferenciados, não delegou poder para que ele estabelecesse o seguro de vida dos policiais por essa lei delegada. Sr. Presidente, fazemos um apelo de público não só ao Governador, mas também ao Deputado Sávio Souza Cruz, Líder do Governo, para que leve esse encaminhamento ao Governador do Estado. O seguro de vida, da forma como foi colocado no art. 6º da Lei Delegada nº 43, editada pelo Governador do Estado, Dr. Itamar Franco, não atende aos policiais civis e militares e aos agentes penitenciários, porque a quantia de 20 salários do servidor, estabelecida por S. Exa., é completamente irrisória. A família que perde o seu ente querido no combate ao crime, defendendo a sociedade, não terá condições de criar os seus filhos com dignidade, dando-lhes uma escola e uma educação mínima para que possam crescer com dignidade.

O Estado está deixando de cumprir o seu papel. Vários Estados da Federação já estipularam o seguro de vida. Entendemos que a partir de janeiro de 1999 até o presente momento já perdemos 30 policiais civis e militares no combate ao crime, em confrontos com marginais.

O povo de Minas é diferente. A sua polícia, que é extraída desse povo, também é diferente. Por isso, Sr. Governador, fica o apelo deste simples e humilde Deputado, que esteve nas ruas combatendo o crime durante 11 anos.

Tive a infelicidade de ver um companheiro, baleado, ficar paraplégico, na cadeira de rodas, e não ter o amparo do Estado. Ainda se encontra recebendo um salário minguado, que não dá para atender às suas necessidades vitais básicas.

Dessa forma, gostaria de chamar a atenção, principalmente, do Líder de Governo, Deputado Sávio Souza Cruz, e de seus Vice-Líderes, Deputados Rogério Correia e Luiz Tadeu Leite, para que encaminhem esse pleito ao Governador e para que possam lhe dizer que a forma como foi estabelecido o seguro de vida dos policiais não foi democrática, já que a Assembléia não delegou esse poder ao Governador do Estado.

O projeto continua com a forma que para cá foi enviado. O valor estipulado é irrisório e não dá para família alguma criar seus filhos com dignidade, dando educação, saúde e todas as necessidades básicas que merecem.

Entendemos que a profissão de agente de segurança pública, servidor de segurança pública, é, de certa forma, diferente, por causa do risco que se corre a todo momento. Entendemos também que, já que há esse risco, o Governo deve dar um carinho, não vou dizer especial, mas diferente à nossa classe, que merece e que vem sofrendo dia-a-dia.

Nossos companheiros estão morrendo na mão dos bandidos, como foi o caso da Ten. Flaviana, do Sarg. Jhony, do Cabo Alberto e de outros mais. Neste ano, há um registro enorme de baixas no serviço policial, quer seja da Polícia Civil, quer seja da Polícia Militar, quer seja dos companheiros da Secretaria da Justiça, os agentes penitenciários, que tomam conta de presos perigosos e que, realmente, correm risco de vida a todo momento.

Ainda, Sr. Presidente, gostaríamos de alertar a população, que precisa ficar sabendo que a família do policial não recebe um seguro de vida que realmente atenda às suas necessidades.

Fica o meu apelo ao Governador Itamar Franco, porque, na verdade, tenho o dever moral de levar ao seu conhecimento que essa quantia de 20 salários do servidor, além de discriminatória, não atende às necessidades vitais básicas da família daquele servidor que morreu defendendo a sociedade.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores das galerias que nos visitam hoje - é uma honra tê-los acompanhando nossos trabalhos -, telespectadores da TV Assembléia, que tive a oportunidade de criar, estaremos fazendo uma grande festa no dia 30 de novembro, mostrando a retrospectiva dessa TV, que, hoje, graças à Mesa e ao trabalho dos Deputados Anderson Aduato, Durval Ângelo, Gil Pereira, José Braga e outros, já consegue chegar a várias partes de Minas. Quem sabe, até o final do mandato desta Mesa, conseguirei atingir quase a metade do Estado, possibilitando a fiscalização do telespectador da TV Assembléia? Sinto-me honrado por ter ajudado na sua criação.

O debate público ocorrido nesta Casa, no dia 5 de junho, serviu para evidenciar as preocupações da sociedade para com o programa de concessão rodoviária de Minas Gerais. Ficou demonstrado que esse processo vem sendo conduzido de forma nada transparente, com as audiências públicas oficiais realizadas apenas para cumprir preceitos legais, e não para ouvir os desejos da sociedade.

O debate foi considerado a primeira demonstração democrática, e os pronunciamentos gravados nesta Casa servem para comprovar as inquietações dos diversos órgãos que se fizeram presentes.

Foram apresentadas, na oportunidade, sugestões para que se prosseguissem as discussões em reuniões específicas, em especial, no âmbito da Comissão de Transporte da Assembléia Legislativa.

Vimos, pois, como muito importante a criação do grupo de trabalho, constituído de representantes dos diversos segmentos presentes ao debate, na reunião de 7 de junho da Comissão de Transporte, com sua primeira reunião já agendada para o dia 19 de junho.

Portanto, com toda perplexidade, tomamos conhecimento da notícia de que o DER-MG estava providenciando para que o edital do Programa de Concessões viesse a ser publicado ainda hoje no "Minas Gerais", com o seguinte teor: "O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. dos Andradas, 1.120, daqui por diante designado DER, torna público que fará realizar licitações, na modalidade de concorrência internacional, para contratar, mediante concessão, a administração e exploração dos lotes de rodovias e trechos rodoviários integrantes do Programa Concessão de Rodovias. Essa concorrência internacional terá o Lote nº 1 aberto no dia 21/8/2000, o Lote nº 2, no dia 28, e assim por diante".

Ficamos pasmos com essa notícia hoje publicada. Isso é um desrespeito total a esta Casa, depois dos compromissos, firmados em público, de que o assunto deveria ser motivo de novos debates e discussões, para o que se criou o referido grupo de trabalho.

Talvez continue valendo a expressão infeliz do Sr. Diretor do DER, que, no debate, afirmou não ser esta Casa "o fórum adequado" para discussão desse importante assunto. Não sabemos, nem foi esta Casa avisada, das razões que estão levando o Governo a tomar essa medida. Qualquer que seja o motivo, queremos conchamar os Deputados, preocupados com a forma antidemocrática com que vem o DER-MG conduzindo esse processo, a continuar a exigir a realização das discussões acertadas no debate público, para as quais foi criado o grupo de trabalho.

E que as conclusões desse grupo venham a incorporar esse processo ainda que, se necessário, anule-se o referido edital.

Apesar de todas as mentiras ditas e repetidas pelo DER-MG, através de seus funcionários, a tarifa de pedágio - atenção, Srs. Deputados, companheiros das galerias, telespectadores da TV Assembléia, nossa amiga Berta, do jornal "Estado de Minas" - que se quer implantar em Minas Gerais, de R\$0,048/km, é das mais altas do Brasil; por isso, o programa deve ser revisto.

Desafio o DER a desmentir esse fato, comparando as estradas das mesmas categorias em todo o Brasil. Por essa razão, apoiamos os caminhoneiros. Com justa preocupação, estaremos vigilantes quanto ao desenrolar desse processo. Não permitiremos manobras escusas, representando outros interesses mais fortes e poderosos. Na Comissão de Transporte, houve uma reunião de trabalho de que participaram os órgãos interessados. O DER, não respeitando esta Casa, a Comissão de Transporte e esse grupo de trabalho, publicou, hoje, o edital de convocação. O mineiro estará pagando o mais alto pedágio dessa natureza no Brasil, que é de R\$0,048 por quilômetro rodado. Concedo aparte ao Presidente da Comissão de Transporte, Deputado Álvaro Antônio.

O Deputado Álvaro Antônio (em aparte)* - Deputado Alencar da Silveira Júnior, surpreende-me o que V. Exa. acaba de falar da tribuna com relação ao edital de concorrência para a privatização das estradas de Minas Gerais. Essa é a completa negação do DER, que compareceu àquele encontro, realizado aqui, entre os caminhoneiros, os transportadores e as lideranças dos diversos segmentos ligados ao transporte no Estado. Por incrível que pareça, Sr. Deputado, pela primeira vez, o nosso País, quando o segmento interessado é o transporte, está participando da discussão relativa à implantação do pedágio em Minas Gerais, às suas conseqüências e a tudo o que envolve a privatização das nossas estradas. O DER, que, naquela oportunidade, assumiu um compromisso com essas lideranças, vê o problema ser exposto, recebendo sugestões, tanto é que aceitou a sugestão da criação de um grupo de trabalho. Contudo, pediram que não demorassem com esse processo, tendo em vista a temeridade das estradas delegadas ao Estado, porque, parece-me, o contrato dessas rodovias federais delegadas ao Estado está vencendo. Eles teriam a preocupação de fazer isso antes de terminar a concessão a Minas Gerais. Ainda hoje, na última reunião, foi aprovado esse grupo de trabalho, para que pudesse participar das ações do DER, discutindo o problema do pedágio com a população de Minas Gerais. Lamentamos esse episódio e lamentamos que o Sr. Secretário de Transportes e Obras Públicas e o Diretor-Geral do DER não tenham cumprido a palavra assumida no Plenário desta Casa. Recorreremos dessa decisão.

Peço a V. Exa. que ajude a Comissão de Transporte, pois é o autor do requerimento que diz respeito à discussão da privatização das estradas de Minas Gerais. O DER não precisaria mentir aqui, no Plenário desta Casa, ainda mais com o seu Diretor afirmando que aqui não seria o fórum conveniente para a discussão desse problema. É o fórum conveniente porque é a primeira vez, neste País, que a concessão das rodovias é discutida no Plenário de uma Assembléia. Portanto, a Comissão de Transporte não se retirará do processo. Solicitaremos diretamente ao Sr. Governador que mude essa atitude do DER, que já tinha concordado com todas as ações da Comissão de Transporte da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, encerrando minhas palavras, faço um apelo aos companheiros, aos colegas de profissão, para que me ajudem, porque temos a certeza absoluta de que quem pagará esse pedágio alto que será cobrado em Minas Gerais será a própria população e os caminhoneiros. Peço a colaboração de todos os senhores, porque, repito, o pedágio mais caro do Brasil será implantado em Minas Gerais. Vamos pedir que a comissão presidida pelo Deputado Álvaro Antônio olhe isso com carinho. Lembro ainda, quando fui procurado pelos caminhoneiros de Minas Gerais, que o Presidente Anderson Aduato comprometeu-se a ajudar, a ser interlocutor nessa discussão. Vamos olhar agora, para que os nossos filhos e netos não paguem caro no futuro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, imprensa, estamos ocupando esta tribuna para apresentar três requerimentos. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer seja o Projeto de Lei nº 1.077/2000, que dá nova redação ao 'caput' do art. 6º e ao inciso III do art. 8º da Lei nº 11.392, de 6/1/94, encaminhado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para análise e emissão do parecer". É um projeto que trata da questão do Fundo, e é o melhor, por ser própria desta Comissão a discussão sobre a constituição de fundos.

"O Deputado que este subscreve requer seja solicitado ao Exmo. Governador do Estado que encaminhe a esta Casa Legislativa o anexo de metas fiscais que integra o Projeto de Lei nº 1.022, a Lei de Diretrizes Orçamentárias que estabelece as diretrizes para o orçamento fiscal e de investimentos das empresas controladas pelo Estado no exercício de 2001, nos termos do art. 4º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, em complementação ao anexo constante no projeto de lei mencionado". A nova Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem o nº 101, obriga que o Poder Executivo, ao encaminhar a LDO, encaminhe também um anexo contendo as metas fiscais. Mas exige uma série de outras planilhas. São cinco outros novos quesitos que se exige sejam mandados para esta Assembléia apreciar. E o Governo não remeteu esses anexos, esses documentos. Portanto, faz-se necessário que o Presidente da Casa solicite esse anexo ao Governo, para que possamos discutir e votar a LDO. Sem essas informações, o documento estará incompleto, e não teremos condições de votá-lo.

O Deputado Miguel Martini - Esse requerimento, então, pede a complementação urgente. Por sinal, já está atrasado, uma vez que o período das emendas termina na sexta-feira. Todos os Deputados deveriam conhecer os dados contidos nos anexos, para apresentarem suas emendas. De forma que está incompleto, e esse é o requerimento que estamos apresentando.

O terceiro está na mesma linha do art. 62, inciso XXI, da Constituição do Estado, e do art. 111 do Regimento Interno. O Governo está usando artifícios para não remeter a esta Casa os Diretores e Presidentes indicados para as fundações e autarquias, a fim de serem sabatinados, para, depois, seus nomes serem aprovados ou não em votação secreta. O Secretário da Agricultura está assumindo também o cargo de Presidente da EMATER, uma vez que um nome não foi remetido para esta Casa. Entretanto, a informação que temos é que o cargo está sendo ocupado, de maneira equivocada, por um nome da CAMIG. O Governador fez uma cortina-de-fumaça, ao exonerar os Diretores da CAMIG, na ocasião da denúncia aqui e, agora, indicou esse Diretor para a EMATER. Assim, o Secretário da Agricultura está acumulando a Presidência do órgão, mas esse cidadão, cujo nome não citarei, é quem está trabalhando, executando e dirigindo.

Queremos, Sr. Presidente, providências para que esta Casa venha restaurar a legitimidade desse cargo.

- Lê requerimento em que solicita as providências necessárias, por parte da Mesa da Assembléia, para que a indicação do Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER -, Sr. Raul Belém, seja aprovada pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Se o Secretário está assumindo como Presidente da EMATER, tem de ser sabatinado. Se for outro nome, também deverá ser sabatinado. Esta Casa não pode aceitar os artifícios do Governo para burlar a legislação atualmente existente. Se Raul Belém é o Presidente, está assumindo o cargo indevidamente, pois não foi sabatinado por esta Casa, nem aprovado em votação secreta, de acordo com a legislação. Se houver outro nome, deverá ser remetido a esta Casa.

Solicitamos essas providências, esperando que esta Casa, sensível a essas questões, objetivando restaurar a valorização do Poder Legislativo e a ordem estabelecida e, principalmente, exigindo o cumprimento da lei, sobretudo da Constituição do Estado, aprove o requerimento, para corrigir as distorções existentes. Muito obrigado.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, demais pessoas presentes nas galerias, neste momento em que estamos atravessando uma das piores crises na área da segurança pública, momento em que esta Casa vem desenvolvendo uma série de ações com vistas a mobilizar os meios políticos, as autoridades governamentais e a sociedade civil para o grave problema da violência e da criminalidade em nosso Estado, somos surpreendidos com a notícia de que o 55º Batalhão de Infantaria do Exército de Montes Claros será desativado e transferido da região.

Venho hoje a esta tribuna para lamentar profundamente a desativação do 55º Batalhão e registrar meu protesto, em nome de toda a comunidade do Norte de Minas, que tenho a honra de representar nesta Casa.

O 55º Batalhão está na cidade há 24 anos, conta atualmente com um contingente de aproximadamente 300 homens e ocupa papel de destaque na região.

É preciso que se esclareça, Srs. Deputados, que a transferência do 55º Batalhão deixará ainda maior o vazio da Força Federal em nossa região, pois é a única presença do Exército no trecho que vai de Sete Lagoas até Feira de Santana, na Bahia.

O batalhão situa-se, ainda, no segundo entroncamento rodoviário mais importante do País, numa posição estratégica, uma vez que abriga um movimento de milhares de veículos e caminhões que cruzam a região.

O contingente do 55º Batalhão de Infantaria, além do policiamento ostensivo que presta à região, agindo em parceria com o 10º Batalhão e com o 3º Comando, participa ativamente de campanhas sociais, apoiando e socorrendo a comunidade carente, seja por meio da distribuição de água em caráter de emergência, seja na construção de barragens no Norte de Minas, seja no apoio às campanhas de distribuição de alimentos e de cestas básicas, seja na proteção do meio ambiente na cidade. É invejável o alcance social da presença do 55º Batalhão em Montes Claros.

Conclamo a comunidade norte-mineira a mobilizar-se, a fim de sensibilizar o alto comando do Exército a não levar adiante essa medida, que resultará em prejuízo para a cidade e para a região. Acrescem a tudo isso as dificuldades que advirão para todas as famílias que serão removidas e o prejuízo para o comércio local, com a perda de consumo de todo esse contingente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse batalhão, além dos serviços já mencionados, presta também um serviço de cidadania, porque vem ajudando muitas famílias carentes, muitos jovens despreparados culturalmente. São 300 jovens que ingressam no 55º Batalhão do Exército de Montes Claros. Portanto, peça o apoio dos Deputados desta Casa e de toda a imprensa, a fim de que tenhamos o respaldo necessário, lutando para que o Exército não feche essa unidade, o que significará um desrespeito não só ao Norte de Minas, mas também à comunidade do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal das galerias, imprensa, voltamos a esta tribuna hoje para fazer uma avaliação da situação dos funcionários públicos deste Estado. Saúde e segurança dominam qualquer debate, inclusive o primeiro debate para candidato a Prefeito de Belo Horizonte. É esta a situação do Estado, de calamidade na saúde, que tem um sistema único que eu chamaria de burro. Temos um sistema único inspirado em um País bem pequeno, uma ilha. Infelizmente, quando foi feita a Constituição de 1988, os partidos da esquerda conseguiram negociar, dentro dos interesses da elaboração da Constituição de 1988, o sistema único, e, por um cochilo da representação de Deputados no Congresso Nacional, instituiu-se o sistema único, sem outra opção. Deu no que está aí. Não vamos discutir isso, que é motivo de um seminário nesta Casa para - quem sabe? - levarmos sugestões ao Governo Federal, para que abra os olhos e enxergue de uma forma multidirecional. Os partidos da esquerda insistem que o SUS resolve ou pelo menos ameniza o problema. O SUS nem consola a saúde, mas não vimos aqui para discutir isso hoje, apenas para fazer um alerta e continuar dizendo o seguinte: o Governador não tem toda a culpa pela situação da saúde. Ela é um processo histórico. Mas, na sua campanha, ele disse que daria um jeito na saúde, que criaria situações e mecanismos para assistir melhor o povo de Minas Gerais. Não só na saúde, mas também na educação e contra a violência crescente no País. Estamos aqui solidários com o servidor da saúde, com o servidor da educação, aplaudindo o aumento dos militares. Esta Casa concedeu um cheque em branco a pedido da coordenação sindical e também do sindicato, ao delegar ao Governador a condição de promover os reajustes necessários ao funcionalismo público, juntamente com uma proposta de emenda à Constituição que foi praticamente delegada. Nesse conjunto, o Governador se impôs a esta Casa, dizendo que só a lei delegada não adiantaria, e nós também incluímos a proposta de emenda à Constituição e entregamos o cheque em branco.

Não estamos aqui arrependidos, porque foi uma solicitação dos funcionários públicos. Mas os aumentos que S. Exa. anunciou vieram a premiar somente os militares, esqueceu-se dos professores. Hoje um professor ganha a metade do piso salarial de um militar.

Reconheço as dificuldades do militar para dar segurança ao povo de Minas Gerais. Acho que o aumento para eles foi justo, atingindo a expectativa dos militares, que estão satisfeitos. Por outro lado, os professores e os servidores públicos, de modo geral, estão de pires na mão. Aqueles que não têm estabilidade estão sendo ameaçados de demissão. Aliás, o Sr. Governador, por meio da FHEMIG, demitiu uma servidora que, em trânsito dentro de um ônibus, fraturou uma vértebra e estava de licença. Essa funcionária reclamou e foi imediatamente demitida sem direito nenhum porque estava apenas cumprindo um contrato. E estava de licença. Como esse contrato não foi renovado, a pessoa de direito do setor disse que tudo estava certo de acordo com a lei.

Onde está o humanismo do Governador? Onde está o espírito de conciliação do Governador? Onde está o espírito de socorro do Governador? Sabemos que se deve promover um verdadeiro SOS no Governo. A situação é difícil e o é para todos nós. A Assembléia entendeu que o momento era grave e deu um cheque em branco ao Governador, confiando que as contas de S. Exa. atendessem às propostas do conjunto do funcionalismo público. E vem a ameaça. Quem achar ruim vai para a rua.

O Hospital João XXIII e os funcionários da FHEMIG já estão anunciando que poderão paralisar o serviço amanhã. Os funcionários da saúde e da educação solicitam e negociam um aumento em torno de 62% porque o piso para um professor ficou em torno de R\$400,00, ao passo que um Soldado vai ganhar R\$900,00. Achemos que para o militar se fez justiça. Precisamos que esse segmento do funcionalismo trabalhe com denodo e com alguma despreocupação dos seus rendimentos para tratar de suas familiares, para promover a segurança e a tranquilidade da família mineira.

No entanto, dessa forma o Estado não pode ter serenidade. O povo não tem mais sossego, devido à violência crescente. Até por isso, gostaríamos de homenagear o Presidente da Assembléia Legislativa, que, em feliz iniciativa, está empenhado numa campanha de suscitar a discussão e procurar os caminhos de mãos dadas com o Governo Federal e também, com os municípios e as instituições de direito, para buscarmos urgentemente uma solução para a violência.

Gostaríamos de citar mais algumas aberrações. Existem na FHEMIG 280 funcionários concursados que estão trabalhando sob forma de contrato ou não estão trabalhando. Assim, em suas negociações, estão solicitando 62% de aumento e o retorno das grávidas demitidas, porque na FHEMIG estão demitindo as grávidas, também contrariando lei federal.

Esse é o governo de forças progressistas que está dirigindo Minas Gerais. Cadê o Sr. Renato de Barros, com a sua coordenação sindical? Por que não denuncia neste momento, nesta Casa, a situação de penúria dos funcionários? Nesta hora não aparece ninguém nas galerias para vaiar nem para aplaudir.

Mas na FHEMIG a situação é esta: 280 funcionários espalhados pelo Estado. Na minha própria cidade, Patos de Minas, existem enfermeiras que eram auxiliares de enfermagem e que fizeram o curso superior com a maior dificuldade, que já trabalham há mais de quatro anos sob regime de contrato, sem ter reconhecida a aprovação em concurso público.

O concurso público, por lei, quando vence e a pessoa não toma posse, tem mais 2 anos de validade. E nesse Governo continua muita gente enquadrada dessa forma, apesar de ter sido aprovada em concurso. Além disso, estão sendo demitidas mulheres grávidas, que, às vezes, sustentam uma casa ou cujo salário faz parte da renda familiar. Muitas são arrimo de família, mantêm a casa, são viúvas, que conheço pessoalmente e que estão sendo demitidas sem o menor espírito de humanidade e de reconhecimento das necessidades de sobrevivência.

Então, só a ideologia, a teoria de Estado, de proposta de convergência, de proposta de igualdade - que seja igualdade de oportunidade, de não-discriminação - não adiantam. É preciso passar à prática. E são as chamadas forças progressistas que estão dirigindo este Estado.

Viemos dizer essas verdades. Durante a campanha, o nosso Governador Itamar Franco prometeu resolver ou solucionar parcialmente os problemas nas áreas da educação e da saúde. E estamos vendo a dificuldade que isso está trazendo para todos nós.

Em Belo Horizonte, a falta de aulas pode causar aumento da criminalidade. As pessoas ficam sem escola. Grande parte dos alunos tem necessidade da merenda escolar. Isso é uma vergonha para o Brasil, para Belo Horizonte, mas é a verdade. Então, a falta de aulas traz dificuldades para a alimentação complementar. E aqueles adultos, ficando sem a obrigação dos estudos, não tendo trabalho, vão perambular pelas ruas. As mães e os pais de família ficam inquietos. Muitas vezes, estão no trabalho e não podem ficar em casa tomando conta de filhos menores. Além disso, às vezes, têm outros filhos adultos.

Está-se propondo uma união dos pais e dos alunos da rede pública para substituir os professores, porque há gente competente. Os professores, por sua vez, os funcionários da educação, estão defendendo seu legítimo direito, porque estão ganhando uma quantia irrisória, indigna, que não dá para manter as despesas da casa. Mesmo assim, exercem uma função muito importante, que é o ensino, a formação das pessoas, a criação de um segundo lar, que possibilita às pessoas, à medida que vão adquirindo seus diplomas, tornarem-se independentes, evitando que uns sejam súditos dos outros.

Mas gostaríamos, ainda, de dizer que o Hospital João XXIII e mais 23 ou 24 unidades da FHEMIG - parece-me que na FHEMIG são 27 unidades - provavelmente vão entrar em greve amanhã.

O Deputado Hely Tarquínio - O que será da saúde do nosso Estado? As unidades da FHEMIG, principalmente o Hospital João XXIII, que atendem urgências e emergências, vão paralisar suas atividades, atendendo apenas os casos de risco. Os profissionais da saúde não mais têm como sobreviver com esses salários miseráveis, convivendo com aumentos diferenciados. Um médico-legista ganha uma vez e meia o salário do que atende os pacientes. Embora o legista tenha o risco de insalubridade aumentada, ganha quase o dobro do médico que atende o paciente vivo. As funções são um pouco diferentes, mas o Sr. Itamar Franco não está tendo uma visão que faça justiça às diferentes atribuições dentro da categoria médica. O Sr. Governador está deixando de atender a classe dos profissionais da saúde e da educação. Fica aqui o nosso protesto, no intuito de apontar distorções e injustiças. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, continuamos a discussão do projeto. A proposta do Deputado Paulo Piau diz:

"Art. 1º - O Inciso IV do art. 161 da Constituição do Estado fica acrescido da seguinte alínea:

f) destinação de recursos para a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e para a Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

O art. 199 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte § 1º, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 2º.

§ 1º - O Estado atribuirá dotações de recursos destinados à operacionalização e manutenção das atividades necessárias à total implantação e desenvolvimento da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES -, correspondendo a, no mínimo, 1% da receita orçamentária corrente ordinária do Estado, que será repassada em parcelas mensais equivalentes a 1/12 do mesmo exercício".

Queremos fazer breve comentário sobre a feliz iniciativa do Deputado Paulo Piau, que pretende seja destinado 1% da receita corrente orçamentária para a UEMG e para a UNIMONTES, de forma equitativa, quer dizer, 50% para uma e 50% para a outra.

É uma iniciativa feliz no que tange ao universo das universidades porque, em síntese, são a vanguarda e a retaguarda da sociedade. A formação das pessoas e a pesquisa necessitam de dinheiro. Está aí a nobreza do projeto, em que pese às amarrações orçamentárias já existentes.

Gostariamos de comentar por mais tempo o projeto e a sua justificação, mas, como já existem emendas, vamos abrir mão da nossa fala, porque o projeto voltará em 2º turno. Concedo aparte ao Deputado Paulo Pettersen.

O Deputado Paulo Pettersen (em aparte) - Quero levar ao conhecimento de V. Exa. que a Bancada do PMDB apóia, na sua totalidade, esse projeto que está encaminhando. Consideramo-lo muito útil, oportuno e de grande alcance, a fim de que possamos ter uma UEMG forte, que saia, em tempo hábil, do papel.

O Deputado Hely Tarquínio - Muito obrigado, Deputado Paulo Pettersen. Será muito útil para todas as cidades que têm unidades da UEMG e para a UNIMONTES, que já existe como universidade, de fato e de direito.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria simplesmente dar um esclarecimento aos nobres colegas a respeito dessa proposta de emenda à Constituição.

Em primeiro lugar, a UEMG não existe. O Governo do Estado tem de tomar uma decisão: ou a Universidade existe de fato, como universidade pública, ou vamos parar com essa brincadeira de falar que Minas Gerais tem uma universidade estadual.

A nossa justificativa é feita em cima de números reais. O Brasil tem 160 milhões de pessoas. Temos 1/3 de pobres - 50 milhões, e temos outros 50 milhões de pessoas que vivem mais ou menos e não têm a menor condição de pagar uma faculdade particular. Portanto, temos 100 milhões de carentes de universidades neste País, em 160 milhões. São números irrefutáveis. Pergunto a qualquer um se tem condições de refutar esses números.

Portanto, como Deputado, temos recebido pedidos de bolsa de estudo para faculdade, pedidos de crédito educativo, criando uma situação constrangedora para uma Nação que se diz em desenvolvimento e não dá conta de dar estudo a seus filhos.

Assim, Minas Gerais tem o dever, a obrigação de dar aos mineiros a oportunidade de cursar faculdade. Temos visto todos os dias pessoas desanimarem, desistirem dos seus cursos, já aprovados no vestibular, já no primeiro, no segundo e até mesmo no 4º ano. Por esse fato, estamos convictos de que ainda existe lugar para a universidade pública e gratuita, a menos que haja um programa do Governo Federal que não seja esse crédito educativo que aí está; não é para atender ao aluno carente, é para o aluno de classe média.

A nossa preocupação é que o Minas Gerais faça a sua faculdade funcionar de fato.

Gostaria de dar uma mensagem ao Deputado Márcio Kangussu com relação à sua emenda, mas antes concedo aparte ao Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau. O relatório final da comissão especial que estudou a UEMG tem alguns dados importantes a serem acrescentados à defesa de se fixar um montante para essa universidade.

Ouvimos durante 90 dias os Prefeitos das cidades-pólos onde estão localizados os "campi". Ouvimos também os Presidentes de fundações. Qual argumento nos trazem? Existe, segundo eles, homogeneidade antes de esses "campi" se tornarem UEMG e depois. E a realidade de antes e depois se define do ponto de vista do desenvolvimento, não só sócio-econômico, mas também cultural e humano. Após se tornarem UEMG esses "campi" melhoram muito a questão regional, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico, mas também da integração regional. E aí o Prefeito de Carangola nos deu um dado muito interessante, porque fica na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro e a integração que se dá hoje em torno do "campus" da UEMG em Carangola é que essa região, enquanto integração regional, ultrapassa os limites de Minas Gerais. E é uma integração solidária, produtiva e positiva.

Esse é um lado. O outro é que os estudantes dessas faculdades localizadas no interior, os estudantes pobres, podem cursá-las quando aprovados no vestibular, porque não têm de sair para as grandes cidades, como Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba ou Uberlândia, tendo de custear os estudos, a moradia e outras coisas mais.

A possibilidade de estudantes mais pobres estudarem nas faculdades que compõem os "campi" da UEMG é muito mais facilitada. Esse é o outro aspecto social da máxima importância.

Para finalizar, outro dado, Deputado Paulo Piau, com quem temos tido o prazer de estar discutindo essas questões. Estivemos na Universidade Estadual de São Paulo - UNESP. A UNESP tem um conceito e uma concepção muito parecida com a UEMG. Têm 15 "campi", equitativamente distribuídos pelo Estado. O orçamento para a UNESP é de 3,24% do ICMS livre, mais ou menos 75% de todo o ICMS arrecadado no Estado para a UNESP. Isso equivale a mais ou menos R\$450.000.000,00 por ano. Além da USP e da UNICAMP, São Paulo, com três universidades, tem 50% dos doutores, quase 50% dos mestres. Conseqüentemente, 50% da pesquisa do País ocorre em São Paulo. Nada mais claro para todos nós, que acreditamos em educação, como forma de promover o desenvolvimento, 50% do PIB brasileiro está em São Paulo.

O que a UEMG gasta por ano somente para pagamento de pessoal? Gastou, em 1999, R\$11.000.000,00. Um pouco mais em 1998. O que gasta a UNIMONTES? Em torno de R\$26.000.000,00. Somando, daria próximo a R\$45.000.000,00 por ano.

Precisamos garantir também, em termos constitucionais, recursos para desenvolver a UEMG, mesmo porque não se pode pensar somente no ensino fundamental ou no médio. Nós, Brasil, estamos extremamente atrasados com relação à educação. Se Minas avançou, e aí podemos afirmar que avançou no ensino fundamental e no ensino médio, porque, de acordo com os dados do provão, os ensinamentos fundamental e médio de Minas são melhores do que os de São Paulo, mas não podemos afirmar a mesma coisa com relação à universidade. Devido ao atraso brasileiro na educação, não podemos desvincular, enquanto sistema de educação do Estado, a universidade, que vem complementar, vem melhorar o que já existe de relativamente bom, que é o ensino fundamental e o médio. Aí, sim, aponta-se para o futuro do Estado, ou seja, para o desenvolvimento não somente econômico, mas especialmente humano.

Então, comungamos com a idéia de que o Estado tem de ter uma universidade de boa qualidade, de preferência pública e gratuita para tantos mineiros que às vezes passam em uma faculdade particular e têm de desistir por não poderem pagar as mensalidades.

Como último dado, o Brasil hoje tem 72% de universidades privadas. Os outros 28% são de universidades públicas. Já os Estados Unidos invertem esse modelo. Oitenta por cento das universidades americanas são públicas, e somente 20% são privadas. Estamos na contramão da história do investimento público em nossas universidades. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Muito obrigado, Deputado Edson Rezende. Gostaria de parabenizá-lo pela brilhante atuação na Comissão Especial que estuda a nossa UEMG.

Digo ao Deputado Márcio Kangussu que respeitamos a sua emenda porque o vale do Jequitinhonha, de fato, é considerado o vale da pobreza e precisa de investimentos. Mas essa dotação orçamentária não tem absolutamente nada que ver com a aplicação dos recursos. O que precisamos é garantir que haja algum tipo de recurso financeiro para garantir o funcionamento da UEMG. Há uma lei, já aprovada, para absorção de várias faculdades. Evidentemente que a reitoria da Universidade, juntamente com o Governo do Estado, pode passar por esta Casa leis que venham fazer uma aplicação ou criar faculdades no Jequitinhonha.

O Deputado Paulo Piau - A emenda de V. Exa. seria inócua, porque ainda não existem legalmente, no vale do Jequitinhonha, as faculdades que pudessem receber aplicação. Nem a nossa Uberaba poderia hoje novamente fazê-lo.

Esse valor de 1% já seria o início de um trabalho para que a UEMG pudesse absorver as faculdades que estão preparadas para isso. Em que pese à boa intenção do Deputado Márcio Kangussu, de preservar algo para o vale do Jequitinhonha, estaríamos ao seu lado para viabilizar esse intento. A região merece faculdades, mas, no caso específico, não se trata da aplicação dos recursos. Trata-se de garantir recursos para a absorção de universidades. É um pouco diferente.

Gostaria de dizer ainda que, como disse o Deputado Edson Rezende, hoje os gastos da UEMG e da UNIMONTES giram em torno de R\$45.000.000,00. Portanto, 1% resultaria em algo próximo a R\$60.000.000,00. Isso seria muito pouco para avançarmos, razão pela qual apresentamos uma emenda passando para 2%. Qual a lógica dessa emenda? A Constituição mineira dizia que 3% das receitas orçamentárias correntes seriam aplicadas na FAPEMIG. No Governo passado, esse valor deixou de ser 3%, passando para 1%.

Hoje, a FAPEMIG tem apenas 1% das receitas orçamentárias correntes. Com isso, a pesquisa e o desenvolvimento da educação estão perdendo 2% das receitas orçamentárias correntes. Essa foi a razão pela qual achamos que devemos avançar, como hoje fazem o Rio de Janeiro, o Paraná e vários Estados do Nordeste em termos de aplicação percentual destinada às faculdades. Minas Gerais é o 12º Estado em termos de aplicação proporcional na sua faculdade estadual.

Para nós isso é uma vergonha, um demérito para um Estado que se diz progressista. Precisamos definir se vamos ter a nossa UEMG e a nossa UNIMONTES acolhida pelo Governo do Estado ou vamos dizer para a UNIMONTES: "Cobrem suas taxas, viabilizem os seus recursos e cobrem dos estudantes para fechar as suas planilhas". A mesma coisa é a UEMG, que só tem unidade em Belo Horizonte. Não tem unidade a mais, a não ser na forma de convênio com Passos, Ituiutaba, Carangola, Patos de Minas e assim por diante. Gostaria de justificar que não são aleatórios os valores de 1% e 2%. Eles têm a sua razão de existir.

Querida dizer ainda que, desde as audiências públicas de 1995 até o orçamento participativo que foi feito no ano passado, a UEMG foi o item mais demandado pela sociedade mineira. Portanto, a Casa não pode fechar os olhos para esta realidade, cabendo-lhe dar atenção às demandas. Assim, viabilizar recursos financeiros para a UEMG e a UNIMONTES significa ir ao encontro das demandas e das reivindicações do povo de Minas Gerais.

Quero essa firme posição de manter esse projeto, que, já sabemos, tem algum indicativo do Governo para não aprová-lo. Acho um absurdo, e vamos brigar por isso. O povo tem que saber quem é quem e quem quer o que no Estado. Se é o povo que manda, se é esta Assembléia Legislativa ou se é o Executivo.

Gostaria ainda de manter essa emenda sobre os 2%, porque não podemos ficar atrás de 12 Estados da Federação brasileira. Isso nos envergonha. Como disse o Deputado Edson Rezende, o Brasil devia ter pelo menos 3 milhões de estudantes universitários, e temos apenas um milhão e meio.

Portanto, essa é uma Nação sem futuro. Se não investirmos em pesquisa e em educação universitária, apesar, evidentemente, de a fundamental ser a mais importante, este será um País e um Estado sem futuro. Será que alguém duvida disso? Será que somos tão ignorantes e analfabetos que não compreendemos uma lógica dessas? Será que é por acaso que o Estado de São Paulo tem quase a metade da economia do País? Será que é por acaso que os Estados Unidos, como disse o Deputado Edson Rezende, são a maior economia do mundo? Não, é porque têm um pouquinho de compreensão e de inteligência a mais do que nós, deste País, infelizmente, de "tupiniquins", de idiotas.

Temos de deixar de ser idiotas e parar de investir errado, gastar o dinheiro público em matérias banais e mesquinhas, como tem sido gasto principalmente pelo Governo Federal, que, através do Congresso Nacional, tem loteado recursos da União e está gastando em tudo, menos em matérias importantes, como o ensino universitário público federal e as estradas. Minas Gerais, evidentemente, não pode cometer o mesmo erro. Vamos ser diferentes do Governo Federal e aplicar em matérias importantes, em algo sério. Essa é a razão de nossa emenda.

Trago comigo várias posições de diversas pessoas e entidades, incluindo um dossiê da UNIMONTES, que diz respeito à Proposta de Emenda à Constituição nº 24, manifestando sobre quanto é pouco 1% das receitas orçamentárias. Mais 1% melhora, trazendo mais R\$15.000.000,00 por ano, o que ainda não resolve o problema.

Já disse por que estamos contemplando essa emenda com 2%. É uma demanda da própria base, das próprias faculdades da UEMG, que desejam avançar um pouco em termos de organização financeira. Portanto, gostaria de pedir que aprovassem o projeto com 1%, e avançássemos mais, aprovando a emenda que estipula 2%, porque isso não vai trazer sacrifício extra.

Disse o Líder que se vai apertar o Governo financeiramente. Gostaria de lembrar que, lamentavelmente, as leis não são cumpridas. Por exemplo, o fundo que vai para a FAPEMIG, que corresponde a 1% das receitas orçamentárias correntes, também não está sendo aplicado. Hoje, a FAPEMIG está aplicando menos de 1/3 do que é constitucional, do que é legal.

E a emenda também não exige que, passando os 2%, o Estado tenha de desembolsar o valor da noite para o dia. Não, o processo de absorção é lento, pode ser gradual. Absorve-se Passos, que está preparada; absorve-se Ituiutaba, que está preparada. Aliás, essas são as duas únicas passíveis de absorção. Mas outras virão. Quem sabe a próxima poderá ser a de Teófilo Ottoni ou a do vale do Jequitinhonha? Mas, se não houver recursos financeiros, não haverá condição de nenhuma delas ser absorvida. Vamos ficar como estamos.

Desconfio de que a direção da UEMG hoje quer simplesmente que a universidade exista no nome, que atenda apenas a Belo Horizonte, que já não precisa de tantas faculdades. E isso pode levar ao fechamento da UEMG em Belo Horizonte, porque o mais importante é interiorizar o desenvolvimento, é levá-lo para o Jequitinhonha, para o Norte de Minas, para o Triângulo, que também é vazio em termos de ensino universitário, conforme dados da própria Universidade.

Precisamos interiorizar o desenvolvimento. Precisamos parar de atrair a nossa população para a Capital, a fim de estudar em universidades, como tem ocorrido, esvaziando o interior e inchando a Capital. É exatamente com a descentralização do ensino universitário que poderemos oferecer oportunidade para que nossos jovens que queiram fazer universidade possam continuar próximos à residência. Isso, aliás, é mais barato e viabiliza o seu curso. Além disso, o interior poderá desenvolver-se mais.

Concedo aparte à Deputada Elbe Brandão.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Nobre amigo e companheiro Deputado Paulo Piau, utilizo seu espaço, neste momento, para dar total apoio a essa Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de sua autoria.

É preciso entender o que representa o investimento na formação universitária e em cursos superiores no Estado de Minas Gerais. É preciso valorizar a pesquisa e a extensão exercidas pela universidade no Estado. A formação de profissionais desencadeia vários processos, tais como a melhor utilização de recursos públicos, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, incentivando uma visão plural da sociedade mineira, brasileira e mundial, resgatando o espírito de solidariedade entre as pessoas, que está tão em falta e representa o maior conflito hoje enfrentado pela humanidade.

Devido a progressos, tais como os advindos da Internet, o conhecimento da humanidade está dobrando a cada quatro anos, e a sociedade talvez não perceba o que isso representa. A universidade tem o compromisso de restaurar a nossa sociedade. Todo o investimento feito na universidade ainda é pouco.

Estivemos, na Comissão de Educação, com a UNIMONTES e a UEMG, solicitando ao Governador do Estado que realize o concurso para professores universitários. A UNIMONTES tem 50% do seu quadro formado por professores designados e contratados, e a UEMG, 80%. A universidade não pode investir em funcionários não estáveis. Mesmo assim, continua investindo na ajuda para que os professores façam o mestrado, doutorado, estejam à frente de pesquisas que duram dois ou três anos, muitas com o cunho de detectar os elementos necessários à transformação da sociedade. É fácil verificar a transformação do Norte de Minas após a implantação da UNIMONTES. Sinto orgulho em dizer isso, porque sou fruto da UNIMONTES. Estou Deputada, mas sou professora daquela unidade e pude ver o que ela desencadeou. O Deputado Márcio Kangussu utiliza-se desta tribuna sempre que é necessária sua intervenção para fortalecer aquela universidade, fazendo com que se abra um braço para o vale do Jequitinhonha, área mineira da SUDENE. O vale do Jequitinhonha tem um perfil muito parecido com o do Norte de Minas, mas necessita de instrumentos que o coloquem, tecnicamente, na mesma posição. Sem a universidade, isso não é possível.

Parabenizo a Polícia Militar, através dos Deputados que a representam, por sua luta e conquista. Mas o salário-base do professor universitário é R\$532,00, abrindo-se um outro parâmetro de discussão. Deveríamos investir na universidade, e essa proposta de emenda à Constituição vem ao encontro desse anseio. Caso esta Casa derrote esse projeto, estará procedendo de maneira incorreta, não buscando a forma, capitaneada, inclusive, pelo Presidente Anderson Aduato, para que o Poder comporte-se como tal, pois deve ser harmônico com o Governo do Estado, mas independente, defendendo os anseios da sociedade. Essa proposta de emenda à Constituição vem num momento claro e lúcido, quando estamos discutindo a segurança pública, o desemprego, muitas vezes por falta de capacitação, pois os avanços tecnológicos não mais aceitam o profissional que não tenha curso universitário.

O curso superior já é básico para que o profissional integre-se no mercado de trabalho com um salário, no mínimo, digno. O conhecimento é a forma mais próxima de se chegar a Deus.

Pedimos voto ao povo para representá-lo nesta Casa. Então, além de nos posicionarmos como cristãos diante da sociedade, precisamos agir com correção e verdade. As pessoas têm de se posicionar. Como está escrito na Bíblia, é frio ou quente, o morno vomitamos. Posiciono-me a favor do ensino universitário e das universidades públicas estaduais, porque há uma infinidade de pessoas que precisam de universidade gratuita. Precisamos fortalecer a pesquisa e a extensão no Estado e reforçar os multiplicadores da cidadania e da solidariedade. A pessoa, depois que sai da universidade, tem essa condição, após agregar não apenas o conhecimento, mas também a convivência, a visão do mundo e o respeito a cada um.

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputada Elbe Brandão. Aproveitarei as suas palavras e completarei as do Deputado Márcio Kangussu. Depois explicaremos esse fundamento. Esse fato de a UNIMONTES estar presente no vale do Jequitinhonha é bom, porque, talvez, não precise da legislação aprovada para absorver alguma faculdade de imediato. A extensão é importante. Quando falamos em 1% ou 2% das receitas orçamentárias correntes, não definimos isso, como foi definido, em 1995, em um projeto do Deputado Anderson Aduato, que diz: "O Estado destinará à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e à Universidade de Montes Claros - UNIMONTES - recursos correspondentes a 1% da receita orçamentária corrente do Estado, excluída a parcela da arrecadação de impostos transferidos aos municípios na forma do art. 150, dos quais serão repassadas parcelas mensais equivalentes a 1/12". Aqui diz que 90% seria para a UEMG e 10% para a UNIMONTES. Não temos mais esse pensamento de definir as partes para A e B. A Universidade que tiver mais aluno recebe a maior parte. Levamos em consideração o custo de cada aluno, porque cada curso tem um custo diferenciado. Esse critério é simples. Se a UNIMONTES tem um número x de alunos e a UEMG tem y, esse recurso seria proporcional ao número de alunos. Esse critério é justo e evita decisões aleatórias, que, muitas vezes, não trazem o resultado que esperamos.

Por isso, gostaria de conversar com V. Exa., para mostrar que podem ser aplicados os 15% no vale do Jequitinhonha, desde que haja estratégia, porque esse recurso não é para montar "campus" nem para formar estrutura física, mas para o pessoal, sobretudo para os professores, que são o insumo maior de uma universidade.

Estamos conversando a respeito disso com muitas pessoas. A Deputada Elbe Brandão foi feliz ao dizer que, muitas vezes, pessoas se perdem nos caminhos da vida devido à frustração e à revolta, como aconteceu com esse bandido que foi morto no Rio de Janeiro e que, junto, levou uma pessoa inocente. Ele foi vítima da Candelária e é um produto da sociedade. Esse produto não nasceu espontaneamente. Somos responsáveis por ele também. Temos ouvido pessoas que entram para o tráfico de drogas simplesmente porque estiveram na universidade mas tiveram de abandonar o curso por falta de recursos financeiros. Esta Nação está absolutamente falida. Uma nação que não tem condições de dar uma educação ao seu filho que tem uma inteligência normal, por falta de recursos financeiros, está absolutamente falida.

Desafio qualquer um a debater o tema de sermos uma nação falida justamente por esse aspecto de a nação não poder dar aos seus filhos a condição do estudo, seja ele médio ou, sobretudo, universitário. Temos que mudar de atitude. O desemprego está aí, a condição social precária está aí. São vários motivos, mas um deles, ingavelmente, é a educação do povo do nosso País. Não tenho dúvida disso.

Quero ler uma justificação que contém dados comparativos do Estado de Minas Gerais com outros Estados, em termos de aplicação de recursos nas universidades estaduais:

Justificação: A Constituição mineira, trabalho resultante de um grande esforço dos constituintes de 1989, aos quais homenageio neste instante em que nossa Constituição completa dez anos, teve a feliz e criativa idéia de criar a Universidade do Estado de Minas Gerais. Insistimos, criar, e não autorizar a criação, como acontece em outros casos.

Além de criar a UEMG, a Constituição mineira deu o prazo de dois anos para que o dispositivo constitucional fosse cumprido, insistindo que a implantação fosse realizada em 720 dias, com a absorção das fundações criadas pelo Governo do Estado e daquelas que houvessem recebido recursos dos poderes públicos.

Nos meses que sucederam à Constituição, entre 1989 e 1991, quando exercia mandato o Governador Newton Cardoso, foi estabelecida uma legislação preliminar para criação da Reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais e um estudo macroeconômico de alto nível, realizado pela Fundação João Pinheiro. No prazo previsto, fizeram opção por fazer parte da UEMG as fundações situadas em Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Patos de Minas, Passos e Varginha, bem como a Fundação do Norte de Minas de Teófilo Ottoni - FENORD - e uma fundação sobre a qual se deveria decidir se se situaria em Uberaba. De Belo Horizonte, optaram a Fundação Guignard e a antiga FUMA.

Quando assumiu o Governo de Minas, em 11/3/91, o Governador Hélio Garcia convidou o Prof. Aluizio Pimenta para implantar a Universidade do Estado de Minas Gerais, cujo tempo de exigência constitucional já havia sido superado. A Universidade não dispunha de uma reitoria, nem mesmo de uma sala para instalar-se precariamente. As fundações optantes achavam-se desiludidas, porque nunca haviam sido chamadas para reunir-se e estudar as perspectivas para as absorções.

Foram necessários dois anos de verdadeiro doutrinamento, para mostrar a viabilidade da instituição como se havia feito em São Paulo com a Universidade do Estado de São Paulo - UNESP -, que também teve sua origem da reunião de fundações e unidades particulares e, hoje, é uma das universidades públicas estaduais mais conceituadas do País.

A Reitoria foi organizada e foi estabelecido um plano prioritário de capacitação de professores. Hoje, 30% possuem mestrado ou doutorado. As bibliotecas e os laboratórios foram modernizados e ampliados. Foram criadas faculdades e escolas de grande interesse para as regiões, estabelecidos planos de pesquisa e um amplo programa de extensão universitária. Os cursos, que eram de fim de semana, funcionam de segunda a sexta-feira e atendem, prioritariamente, aos jovens de nosso Estado, o que não era feito anteriormente. Foram estabelecidos por lei os "campi" regionais. Em 1994, o estatuto da Universidade foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação e baixado em decreto pelo Governador do Estado.

A UEMG é, atualmente, uma instituição credenciada por decreto do Governo de Minas, baseado em parecer do egrégio Conselho Estadual de Educação. Os "campi" têm todas as condições de ser absorvidos, havendo, aliás, um parecer do Ministério Público de Passos que reclama a absorção da unidade dessa cidade dos pontos de vista econômico e administrativo.

Há, no entanto, um grande entrave para a consolidação da Universidade do Estado de Minas Gerais: o problema orçamentário. O orçamento da UEMG, que provém do Estado, não chega a R\$20.000.000,00, enquanto o orçamento da UNESP supera os R\$400.000.000,00, número dito pelo Deputado Edson Rezende.

A UEMG vinha conseguindo verbas do orçamento federal e apoios específicos do Ministério da Educação, o que está cada vez mais difícil.

Esclareça-se que recente emenda à Constituição baixou a contribuição do orçamento da FAPEMIG de 3% para 1%, deixando uma margem de 2%, o que torna esta proposta de emenda à Constituição que ora apresentamos mais do que justa para uma das aplicações mais importantes para o desenvolvimento de Minas Gerais no próximo milênio.

Além disso, se considerarmos a aplicação orçamentária de outros Estados, vamos ver que Minas Gerais está abaixo, pelo menos, de 12 Estados, no que se refere à aplicação em ensino superior. Somente para registro, informamos que o Estado de São Paulo inclui e desembolsa R\$2.000.000.000,00 por ano para suas três universidades estaduais; o Rio de Janeiro, R\$500.000.000,00 para suas duas universidades estaduais. Deputado Márcio Kangussu, o que estamos propondo, com esses 2% - e chamo a atenção das Lideranças do Governo -, chega ao valor de R\$120.000.000,00. Dizem que Minas Gerais ainda é a segunda economia do País, mas o Rio de Janeiro aplica em suas universidades R\$500.000.000,00, ou seja, com a proposta dos 2%, Deputado Luiz Tadeu Leite, ainda ficaremos aplicando 20% do que esse Estado hoje aplica em sua universidade estadual. O Paraná supera os R\$300.000.000,00 e possui quatro universidades estaduais. Vejam como estamos atrasados sob esse aspecto. O mesmo ocorre em outros Estados, como a Bahia e o Ceará. Minas Gerais aplica na UEMG e na UNIMONTES a importância, como disse o Deputado Edson Rezende, que estudou o assunto recentemente, de R\$45.000.000,00 para as duas, o que é ridículo para um Estado que é a 2ª economia do País.

Não é também aceitável o argumento de algumas pessoas de que Minas Gerais dispõe de seis universidades federais, pois o Rio de Janeiro possui cinco e, como vimos, investe fortemente na educação superior pública como instrumento de participação ativa e efetiva do Estado em seu projeto de desenvolvimento. Diga-se de passagem, o Rio de Janeiro está querendo espaço e, de acordo com os números, está tomando o lugar de nosso Estado na economia. Ou tomamos uma atitude séria e duradoura, ou ficaremos num Estado politiquero, de uma política mesquinha, que não contempla a política de desenvolvimento, mas, pura e simplesmente, a política partidária. Se não fôssemos um Estado mediterrâneo, o coração do Brasil, e estivéssemos em um canto, com certeza ocuparíamos a posição de dez para frente no "ranking" dos Estados brasileiros. Não vamos jogar apenas com a sorte,

com os recursos naturais e com a localização geográfica, vamos ser inteligentes e aplicar no que realmente interessa ao povo de Minas Gerais e ao do Brasil.

Considerando os números irrefutáveis que demonstram a existência, em termos da população global, de 100 milhões de pessoas que não podem pagar uma universidade particular, ou o Governo cria a chamada bolsa do aluno carente ou um crédito educativo viável para o aluno carente, ou teremos que ter a universidade pública e gratuita, pois, do contrário, não formaremos o contingente de pessoas de que precisamos para formar a massa crítica no País, em todas as áreas. Concordo com a universidade pública paga, desde que se criem mecanismos para atender ao estudante carente.

Gostaria de fazer um apelo: que aprovemos o projeto e, sobretudo, a emenda que contempla os 2%, mesmo ficando diferentes 80% do Estado do Rio de Janeiro e cerca de 60% do Estado do Paraná. Com isso, talvez, seja possível melhorar o nosso "ranking" relacionado às aplicações nas faculdades estaduais, saindo da 12ª colocação, em termos nacionais.

Peço a compreensão dos Deputados, a fim de que aprovemos esse projeto do 1%, além de avançarmos um pouco mais, garantindo 2%. Conversei com o Líder do Governo, Deputado Luiz Tadeu Leite: não deveríamos amarrar recursos orçamentários, engessar com percentuais para cada área. No entanto, o que seria da educação se não tivéssemos os 25% constitucionais, que devem ser investidos, obrigatoriamente, pelos Prefeitos, na educação dos municípios? Com certeza, estaríamos em uma situação bem pior do que a de hoje.

Portanto, num país que ainda não tem uma consciência política madura - se fosse dar nota à democracia brasileira, de 0 a 10, daria 3 -, ainda precisamos de tutela, de amarração daquilo que é importante. Não investimos 1% do PIB em pesquisas, ao passo que os países da Europa e os Estados Unidos investem até 4% do PIB. Portanto, não somente em educação, mas também em ciência e tecnologia, temos de amarrar, a fim de que os administradores públicos sejam obrigados a investir naquilo que dá retorno à sociedade. Infelizmente, ainda temos carência de compreensão e de consciência política. Infelizmente, o povo não sabe pedir. Assim, temos de ter a clareza de que coisas importantes como educação, ciência e tecnologia têm de ser amarradas, porque o mundo caminha assim; caso contrário, ficaremos na contramão da história, como disseram os Deputados Edson Rezende e Elbe Brandão.

Portanto, peço novamente que avancemos. Dessa forma, esta Casa estará colaborando para o desenvolvimento do Estado e não apenas fazendo firulas, movimentos, que, muitas vezes, não chegam a nada. Fica, então, o empenho para que aprovemos esse projeto para o bem de Minas Gerais e dos mineiros.

Concedo aparte ao Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Durante os últimos três meses, avançamos muito nessa proposta de emenda à Constituição. Tive a honra de ser o Presidente da Comissão Especial, realizamos inúmeras audiências públicas nesta Casa, com todas as unidades da UEMG, o que nos permitiu constatar a vontade de sentirem-se como uma universidade. Foi um avanço muito grande. Ao final, realizamos uma audiência pública em Montes Claros, com a UNIMONTES, com a participação maciça do corpo de professores, do colegiado de professores, dos alunos, que desejavam a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição.

Foi a maior, a mais importante discussão sobre o setor educacional que fizemos nesta Casa. Como bem disse V. Exa., temos consciência do avanço que ocorreu na educação pública do País, no momento em que se estabeleceu o financiamento da educação. Se fosse por opção própria, muitos Prefeitos não investiriam os 25% na educação. Mas, como são obrigados, hoje, temos uma nova área educacional no Estado, principalmente na educação municipal.

Mas já notávamos esse buraco negro no custeio do ensino superior. Por meio dessa proposta de V. Exa., que foi assinada por outros 26 Deputados, entre os quais tenho a honra de estar incluído, enxergamos a luz no fim do túnel.

Então, como Presidente da Comissão Especial, cumprimos a nossa obrigação. Autodenominei-me relator também da emenda, para que meu relatório pudesse ser o mais objetivo possível. E culminou com votação maciça no 1º turno, estabelecendo 1%, que é o custeio da universidade do Estado.

A proposta de V. Exa. avança bastante. Posso garantir ao Deputado Paulo Piau que, como Presidente, ainda, da Comissão Especial, vamos conversar com todas as bancadas, com todos os Deputados, para mostrar a necessidade de nos unir em torno dessa nova proposta. Certamente queremos garantir a aprovação de 1% do orçamento do Estado para a UEMG e a UNIMONTES. Se houver consenso em 2%, excelente! Vamos soltar foguete! Vamos partir para o interior mostrando a boa nova acontecida no Estado! Se não for possível, de antemão, quero cumprimentá-lo pela iniciativa, pela ousadia até, de apresentar proposta neste Governo cujas reações às propostas de Deputados da Oposição bem conhecemos.

Ganhamos a unanimidade e o apoio da Casa, e ninguém poderá tirá-lo, principalmente do Deputado Paulo Piau, que firmou o seu nome como proponente de uma idéia inovadora, importante e imprescindível para que o nosso ensino superior seja, a partir de 2001, uma realidade em Minas Gerais. Parabéns, Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Tenho projeto aprovado e sancionado pelo Governador Itamar Franco, portanto, naquilo que é importante para o Estado, é claro que não existe Situação ou Oposição. Mostrou isso por ocasião do programa do Fundo de Recuperação de Bacias Hidrográficas, que foi aprovado por esta Casa no final do Governo anterior e sancionado pelo Governador Itamar Franco. Portanto, tirando o aspecto político-partidário de Situação e Oposição, esperamos que, com esse projeto, aconteça o mesmo.

Entretanto, para o bem da UEMG, não faço questão de ser o autor. Abro mão dele para qualquer um. Se puder ser um projeto da Casa, abro mão dele, para que a emenda possa ser aprovada e sancionada pelo Governador do Estado, tamanho o nosso desejo de ver a UEMG, junto com a UNIMONTES, cada vez mais fortalecida, dando oportunidade, de fato, aos jovens do Estado de Minas Gerais. Deixo o meu agradecimento pela atenção de todos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu caro colega e amigo Deputado Paulo Piau, concordo com quase tudo que disse, menos quanto à nossa emenda que obriga à aplicação de 0,15% dos recursos nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. De maneira alguma, podemos considerá-la inócua. Nada mais eficaz do que obrigar o poder público, por meio da Constituição, dos seus órgãos, a aplicar recursos onde são necessários.

A UNIMONTES já está atuando nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Entretanto, não tem condições financeiras de manter esses cursos gratuitos. Em algumas cidades, foram implantados os cursos semipresenciais, e isso custa de R\$180,00 a R\$200,00 por aluno. E a professora - como foi dito -, que ganha por mês R\$532,00, não tem condições de pagar essa quantia para se qualificar e fazer o curso universitário.

Também já ouvi e li, em prosa e em versos decantados por todos, a desigualdade regional. Os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri não têm nenhuma universidade pública. Se, ao legislar, não tivermos o cuidado de obrigar as universidades a aplicarem recursos ali, obviamente eles serão aplicados em regiões onde a facilidade de manter o professor seja evidente.

Para atrair os professores, principalmente os mestres e doutores, é preciso que se dê instrumentos a essas universidades para assim procederem.

Ao obrigarmos a UNIMONTES, principalmente, a aplicar esses recursos nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, isso será uma atração para que os professores, mestres e doutores dirijam-se para lá e tenhamos ali a tão sonhada universidade.

O Deputado Paulo Piau também chamou a atenção para que esta Casa não feche os olhos para um problema tão grave. Acho que nós, Deputados, não podemos fechar os olhos para os graves problemas sócio-econômicos daquelas regiões.

Nesta Casa, votamos, constantemente, vários tipos de projetos e incentivos, e nunca se pratica aqui a tão falada equidade, que é tratar os diferentes de uma forma diferente. Quero deixar bem claro que, ao levar o nosso nome aos nossos conterrâneos, assumimos compromissos - e o principal deles é o de estar aqui, sempre atentos, em busca de meios para que o povo dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri possa se desenvolver.

Um dos meios pelos quais vamos lutar é este: proporcionar aos inúmeros jovens e também aos professores a chance de se qualificarem através do ensino superior. Não vamos, de forma nenhuma, transigir com esse compromisso que temos com o povo daqueles vales. E esta é uma oportunidade para cumpri-lo.

Vejo neste Plenário colegas como os Deputados Arlen Santiago, Luiz Tadeu Leite, Carlos Pimenta e Wanderley Ávila, que têm suas vidas ligadas ao povo do Norte de Minas, do vale do Jequitinhonha e do vale do Mucuri. Tenho absoluta certeza de que esses companheiros não permitirão que se vote uma emenda à constituição da magnitude, da sabedoria, iluminada, da emenda de autoria do Deputado Paulo Piau e que aqueles vales não tenham um tratamento diferenciado.

É desta forma que pretendo e vou exercer o meu mandato: defendendo os interesses legítimos daquele povo.

A pobreza daquele povo também é notória. Aqui também, na periferia de Belo Horizonte, temos pobres, só que os daqui têm oportunidade. Os pobres daqui têm oportunidade de emprego, de se qualificar e ter conhecimento. Aos nossos, falta esta tão propalada oportunidade para se desenvolver.

Estamos na era do conhecimento, e o povo do vale do Jequitinhonha sempre respondeu afirmativamente naquilo que o toca. O vale do Jequitinhonha tem muitas riquezas minerais. Temos a cafeicultura, que se expande. Temos o granito, que é exportado, trazendo divisas. Temos a pecuária pujante. Temos o feldspato, o pólo moveleiro. Mas nos falta muita coisa. Faltam estradas, um programa de saúde que possa minimizar o sofrimento de tantos que têm que se deslocar para outros centros, um programa hídrico e, sobretudo, oportunidade para o povo dali se qualificar. Esta é uma oportunidade. Também não considero que isso possa ser depois objeto de lei ordinária. Seria até mesmo uma falta de senso de oportunidade se ao debatermos uma emenda como essa, tendo ela a aceitação que está tendo esta Casa, não aproveitássemos para obrigar o Estado, através de seus órgãos, a dar oportunidade aos jovens, aos professores para se qualificarem e terem emprego. Até mesmo porque a LDO obriga a que, a partir de 2003, só lecionem professores que tenham curso superior. Como vamos conseguir isso se não damos oportunidades aos professores para se qualificarem? Concedo aparte ao Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Márcio Kangussu, nosso aparte é para dizer, rapidamente, que V. Exa. faz, com propriedade, uma defesa veemente do vale do Jequitinhonha, o que não é responsabilidade, evidentemente, apenas dos representantes desse vale. O vale do Jequitinhonha, hoje, é uma preocupação nacional, portanto, essa preocupação tem que ser nossa, também. Jamais podemos deixar que isso transpareça de maneira diferente. Portanto, quero dizer que estaremos juntos com V. Exa., dando todo o apoio para que mudemos a realidade do vale. A educação fundamental e a educação superior são, sem dúvida, instrumentos relevantes para que as coisas aconteçam no vale, como acontecem em outras regiões do nosso País. Portanto, conte com nossa presença, com nosso esforço para que possamos, realmente, mudar a situação do vale.

Quando disse que essa emenda não está na fase de aplicação dos recursos, foi porque precisamos ter as faculdades absorvidas. Gostaria de contar com V. Exa. e com a Bancada do PPS para que o Governo do Estado venha a se sensibilizar com relação à absorção das faculdades. Se ele não se sensibilizar com relação à absorção das faculdades que estão aí e simplesmente mantiver um convênio, não vamos ter a faculdade que sonhamos. Podemos ter os recursos, mas não vamos ter a faculdade ligada à Universidade do Estado. Para que isso seja realidade no vale do Jequitinhonha, precisamos remover essa idéia da atual direção da UEMG de que as unidades devem ser agregadas, simplesmente atadas por um convênio. Como integrante do povo mineiro, queremos muito mais que isso. Queremos que a UEMG seja uma realidade. Aí, sim, poderíamos estendê-la ao vale do Jequitinhonha, seja através da UNIMONTES, seja através da faculdade de Teófilo Otóni, seja através de outras faculdades que viessem a ser implantadas naquela região, o que seria justo. É um vazio universitário.

Só queria deixar esse esclarecimento, porque jamais quisemos preterir qualquer região que fosse, muito menos o vale do Jequitinhonha, que precisa de apoio. É apenas uma questão de formalidade. Esta emenda do 1% ou 2% - porque, quem sabe, vamos conseguir avançar um pouco mais - simplesmente define que a universidade tenha recursos para absorver as faculdades que queremos. A intenção é essa, e não é agora, nesta fase, simplesmente dizer que vai ser aplicado tanto para um, quanto para outro. Portanto, compreendo a intenção do legislador Márcio Kangussu, que é favorecer o vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu - Obrigado, Deputado Paulo Piau. Divergimos nessa ótica, porque acho que é o momento. V. Exa., com toda a propriedade e competência, chamou-nos a atenção. Se a Constituição não houvesse obrigado a aplicação de 25% na educação, o que seria da educação hoje? Baseado nessa premissa é que apresentei o nosso substitutivo, porque, se não obrigarmos, o que será da educação superior no vale do Jequitinhonha?

Outra questão é que a UNIMONTES, principalmente na direção do Prof. José Geraldo, tem feito parcerias com as Prefeituras. Sabemos que essas têm seu limite financeiro para ajudar na implantação desses cursos. A UNIMONTES não tem os recursos necessários para manter a faculdade gratuita e tem buscado apoio nas Prefeituras. Elas têm a maior boa-vontade para cooperar; entretanto, não existem os recursos necessários para isso.

Se aprovarmos a emenda do Deputado Paulo Piau com o nosso substitutivo, vamos acabar com esse gargalo e obteremos os recursos. Haverá obrigação de se aplicar no vale do Jequitinhonha e no Mucuri. Assim, teremos oportunidade de qualificar os nossos estudantes, jovens e professores. Sem dúvida nenhuma, teremos o desenvolvimento, porque a escola sempre traz o desenvolvimento. Dessa forma teremos um vale mais próspero e preparado para o desenvolvimento.

Com muita honra concedo aparte ao Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (Em aparte) - Ilustre Deputado Márcio Kangussu, estamos observando os apelos de V. Exa. da tribuna, em nome de seu povo. Somos solidários com a sua posição e reivindicação. Quem sabe poderíamos ter realmente uma emenda com os 2%, incluindo a sua reivindicação?

O Jequitinhonha também está no mapa de Minas Gerais e não pode ser esquecido. Essa região produz muita coisa e também precisa desenvolver o potencial que lá existe. A região tem dado muitos exemplos para Minas, como V. Exa., que está na tribuna, representando esse povo.

Em nome do PSDB, estamos dispostos, sim, a acatar a emenda de V. Exa. e, quem sabe, alterar o percentual para 2%. Entendemos que sua reivindicação é legítima. Sem universidade, jamais um povo será iluminado do ponto de vista de conhecer e cobrar seus direitos e, ainda, produzir o progresso para todos nós. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu - Muito obrigado, Deputado Hely Tarquínio. Até mesmo pela sua vida profissional e também por viver em uma região mais desenvolvida do que a nossa, sabe da necessidade de se implantarem cursos superiores. Segundo dados da Prefeitura de Belo Horizonte, na região da Grande BH vivem 900 mil pessoas que saíram do vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas e do Mucuri. Vieram por quê? Por falta de oportunidade. Quantos e quantos talentos, como V. Exa., Deputado Hely Tarquínio, não tiveram a oportunidade de desenvolver e crescer com o talento que Deus lhes deu, por falta dessas oportunidades?

Chegou o momento de um basta.

Chegou o momento de dizermos chega à discriminação, de pararmos de choramingar e cantar as misérias dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. São regiões de grandes potencialidades. Faltam oportunidades, políticas públicas consistentes e factíveis, para que possamos, de uma vez por todas, ser inseridos nas demais regiões do Estado, não mais ser tratados como filhos rejeitados, como o Nordeste dentro de Minas. Apenas isso.

Então, as oportunidades que tivermos, nesta Casa, de propor políticas públicas que tragam o desenvolvimento para a nossa região, vamos defendê-las de forma firme, veemente e segura, até porque é para isso que estamos aqui. Não vamos mais ficar cantando misérias. Vamos exigir, principalmente por parte do Governo do Estado, que nos dê o tratamento que merecemos. Chega de injustiças.

Outro dia mesmo, Deputados do Sul de Minas, no início do ano, quando lá caíram trombas d'água, o Governo foi solidário, praticamente transferindo-se com todas as suas

Secretarias para o Sul de Minas. Eternamente vivemos esses problemas. Para o Sul de Minas houve mutirão, notícias na mídia nacional. O DER transferiu toda a sua patrulha motomecanizada para lá, e a Secretaria da Saúde, também.

Ao contrário, temos nossas estradas intrafegáveis. A nossa produção tem se perdido. Caminhões de leite não conseguem chegar ao posto de entrega e resfriamento.

Portanto, esta é uma realidade: falta de atenção, de política pública, de respeito para com o povo dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Mas vamos estar aqui sempre atentos, alertas, para não deixarmos escapar as oportunidades que surgem e para que possamos levar o desenvolvimento para o povo dessas localidades.

Agora mesmo já está em fase de análise pelo Conselho a implantação de um "campus" da UNIMONTES em Almenara. Se não tivermos recursos, não poderemos implantá-lo. Em algumas cidades, como Joaima e Pedra Azul, nos próximos 15 dias, será realizado vestibular para cursos semipresenciais. Só que o pessoal vai ter que pagar R\$180,00. E como pagar? Daqui a pouco, as pessoas vão começar os cursos e ter que deixá-los pela metade, por não ter como mantê-los.

A nossa emenda vai resolver de uma vez por todas esses problemas. Sendo constitucional, vai caber a nós, parlamentares, que temos compromisso com os vales do Jequitinhonha e do Mucuri, exigir do Governo que cumpra a Constituição. Isso é muito mais fácil, Srs. Deputados, senhoras e senhores, e V. Exas. sabem muito bem disso.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço um apelo à solidariedade, que nunca falta entre os parlamentares, para que aprovem a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, do Deputado Paulo Piau, com o nosso substitutivo destinando 15% dos recursos das universidades, obrigatoriamente, para a criação, implantação e manutenção de cursos superiores nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Dessa forma, vamos estar com a nossa consciência tranqüila, porque estaremos legislando, possibilitando ao Estado aplicar políticas públicas voltadas para aqueles mais necessitados de oportunidades, como é o caso do povo desses locais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Projeto de Lei nº 197/99 é, antes de tudo, humano; visa atender à necessidade de uma mulher com dois filhos que perdeu o esposo na ocasião da manifestação da Polícia Militar em 1997. Há uma emenda a esse projeto que dá a ela o direito a receber apenas 70% do que o marido recebia em vida, como Cabo da PM. Fizemos um projeto em que teria o direito de receber 100% do que o marido recebia. O Cabo Valério morreu defendendo a Polícia Militar. Não é justo que essa mulher, com seus filhos, passe por dificuldades financeiras, porque querem que receba apenas 70%. Dar a ela o direito de o marido ser promovido a Sargento depois de ter morrido não se justifica, porque representaria um aumento de apenas R\$50,00 na pensão que recebe para sustentar os seus filhos. Portanto, peço aos Deputados que nos ajude, não deixando passar essa emenda que dá a ela direito de receber apenas 70% do que recebia o marido. Penso que a maioria ou a totalidade dos senhores está a favor de que ela tenha o direito de receber 100% do que o marido recebia, porque ele morreu em serviço, defendendo a PMMG. Aqueles que participaram da greve foram perdoados e estão trabalhando e recebendo o que lhes é de direito. Por que a mulher daquele que morreu tem de receber apenas 70% do vencimento do marido? Será que ela está tendo um gasto 30% menor do que tinha antes de o marido morrer?

O Deputado Alberto Bejani - Não é justo que se deixe passar uma emenda que traz, com certeza, em primeiro lugar, a desumanidade e, em segundo lugar, o desrespeito a quem tem dois filhos para criar.

Concedo aparte ao Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, votaremos favoravelmente e queremos elogiar a sensibilidade de V. Exa., que vai corrigir uma injustiça praticada. Queremos destacar que esse Governador, que deveria estar governando Minas Gerais, mas que apenas assumiu o Governo, assumiu, no palanque, um compromisso com a Polícia Militar, com aqueles que haviam participado daquele momento de revolta da PM, e disse que resolveria o problema deles. Mas, no momento de assumir a promessa, não teve coragem suficiente para cumprir esse compromisso e transferiu para o Poder Legislativo, que, numa mágica, numa coisa até absurda, numa questão que poderia ser resolvida pelo Comandante-Geral da PM, conseguiu resolver. Não quisesse ele resolver, a questão poderia ter sido resolvida pelo Governador de Estado, por um decreto. E esta Casa acabou encontrando solução por meio de emenda constitucional, ou seja, o que se poderia resolver com um decreto, no dia seguinte da sua posse, o Governador retardou ao máximo, como Pilatos lavando as mãos, e transferiu para o Poder Legislativo a solução do problema.

Ora, se este Poder resolveu o problema de todos aqueles que tinham se levantado contra o Governo naquele momento de reivindicação salarial, é justo que também este Poder agora corrija essa injustiça e aprove, da forma como V. Exa. solicitou, essa pensão, esse reconhecimento e a promoção, porque aqueles que estão na ativa terão chance de ser promovidos, e ele, que foi um mártir daquele movimento, seria prejudicado.

Parabéns a V. Exa., tenho certeza de que esta Casa vai ser sensível ao ponto de aprovar, conforme V. Exa. quer, e acho até que o Governador não terá nenhuma força moral para apor nenhum veto, porque, da mesma forma que deixou a Assembléia resolver o problema, agora também terá que aceitar que esta Casa resolva o problema dessa injustiça, daquele que foi o único mártir desse movimento. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. Fico feliz em saber que, nesta Casa, em primeiro lugar, está a consciência e o sentimento humano, porque não há emenda que corrija a perda de um chefe de família, de um marido, de um pai. O mínimo que podemos fazer para que essa família continue a educar seus filhos, a andar neste País tão turbulento, é aprovar o projeto. Não sei como têm coragem de apresentar uma emenda tirando 30% do salário de uma mulher que já teve a dor de perder o marido, que saiu de manhã para trabalhar e foi morto, de ter os filhos sem o pai. Esse não é um projeto político, é humano. Que todos tenham essa consciência.

151ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 15/6/2000

O Deputado Ermanno Batista - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, venho hoje a esta tribuna manifestar-lhes a minha preocupação. Praza a Deus que não, mas as evidências levam-me a concluir que o Estado de Minas Gerais está passando por um momento muito delicado: mais parece estopa fumegando, e, a qualquer hora, a labareda poderá tomar conta. A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais esteve de prontidão para entrar em cena. Mas, não era em defesa do cidadão vítima da insegurança generalizada, mas para forçar o cumprimento de compromissos de campanha de um Governador, hoje, desacreditado.

No meio forense fuma a ameaça de paralisação do Judiciário, como forma, entre outras razões, de dar o troco, entendo, diante da boçalidade do Sr. Itamar Franco, que, em vez de garantir o cumprimento de ordem legal, desafiou os magistrados a ir para a linha do confronto, trocando a toga pela farda, a caneta pelo cassetete. Propôs uma inversão de valores, substituição de papéis, só concebíveis numa cabeça doente.

Os fiscais do Estado, como ameaça, partiram para uma operação-tartaruga, retrato fiel deste Governo inoperante, desastrado, vagaroso, insensível e, lamentavelmente, pusilânime, que só toma atitudes e cumpre compromissos sob as ameaças de quem realmente lhe pode atrapalhar.

A polícia gritou que dessa vez iria para as ruas com mais poder do que no passado, pois, agora, contava com os Coronéis. Ganhou o que pedia. O que é justo. Porque salário para funcionário não deve ser prioridade de Governo, deve ser considerado como pedra na estrutura do próprio Governo, pois o funcionalismo, como estrutura, se ruir, o corpo todo - que é o Governo - certamente ruirá. Ganhou, repito, o que pedia, o que é mais do que justo; não é correto, todavia, ameaçar agora, covardemente, os servidores, desarmados, da saúde e da educação. Esse, sim, é um ato de extrema covardia: ceder diante dos que têm armas, mas bancar o machão diante das infelizes professoras e dos funcionários da área da saúde, que não dispõem de armamento para se defenderem ou para ameaçar a ordem pública.

O povo, senhoras e senhores, antes esperançoso, está agora numa jornada de transição: desencanto, abulia, ceticismo. Grande parte do povo já chegou ao ponto aonde todos, em breve, chegarão, caso o Governador continue nessa teimosia insana, nessa senda irresponsável: o ponto onde terão de, inexoravelmente, baixar a cabeça por sentirem vergonha da

escolha que fizeram.

Em vez de estadista, o povo hoje se dá conta de que o seu Governador é um homem destemperado, despido até mesmo do senso de urbanidade. A imprensa toda sabe, e os senhores são testemunhas, do papel que fez nesta Casa no dia da posse da diretoria do CEPO. Jornal nenhum escreveu, jornalista nenhum escreveu. Não quiseram, certamente, sujar as páginas dos seus jornais com tamanha mesquinhez.

Meus senhores, minhas senhoras, Srs. Deputados, se a polícia, os Juizes, os fiscais e o olho do povo são ameaças contidas ou represadas, os professores, não. Estão no "front", mas, por não terem metralhadoras, ao invés de representarem ameaça, estão sendo ameaçados. Mais uma vez, o descaso e a grosseria do Governador, que virou as costas para a comissão no primeiro momento em que o procurou para negociar, aqueles mesmos líderes, que durante a campanha ele elogiava, aos quais fazia promessas e jurava de mãos postas que respeitaria. Dessa forma, o Estado de Minas está se transformando num corporativismo dos mais fortes, num Estado leucêmico. É necessário, Sr. Presidente, que esta Casa tome a iniciativa de fazer a defesa do Estado. Caso contrário, chegará além do caos. Chegará a uma situação insuportável, ingovernável.

Não podemos ficar numa posição contemplativa, esperando acontecer. Precisamos agir, e esta Casa, como reflexo dos anseios do povo, como o som da sua voz, precisa tomar uma posição. Não dou a receita, mas é preciso agir. E agir célere, antes que a situação chegue a uma posição insuportável, em que o povo tenha, como no passado, que tomar por si mesmo a iniciativa.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Quero parabenizá-lo pelo equilíbrio e por ter os pés no chão. Tenho que concordar, lamentavelmente, com as notícias de tantos atos que traduzem o desgoverno deste Estado. Ontem foi notícia, em todo o Brasil, a ameaça de demissão dos funcionários em greve. A greve é direito do trabalhador, para reivindicar o que é justo - seu salário. Como se não bastasse isso, gostaria, pela primeira vez, nesta Casa, de divulgar aquilo que é também da terra do Governador e lamentavelmente da minha querida terra, Juiz de Fora, onde se aprova - e aí não vai nenhum posicionamento deste Deputado contra a liberdade do cidadão firmada na Constituição Federal - uma lei específica, feita pelo partido do Prefeito, Tarcísio Delgado, que o Governador apóia, permitindo que dois homens se beijem na rua, no restaurante, que duas mulheres se beijem na rua e também no restaurante, enquanto você, com a sua família, não pode falar nada.

É a famosa lei do "gay", em vigor em Juiz de Fora. Isso só podia acontecer em Minas Gerais e na terra do Governador. Então, fica aí o protesto contra o atentado ao pudor, não contra o "gay". Cada um é dono de si e faz o que quiser. Mas, se em praça pública ou dentro de restaurante, beijo de homem em homem ou mulher em mulher acontecer e você estiver junto com seus filhos, vai explicar o quê?

Obrigado, Sr. Deputado.

O Deputado Ermano Batista - Agradeço o aparte do Deputado Alberto Bejani. O quadro em Minas Gerais é preocupante. Se o Governador continuar insistindo em permanecer no trono do orgulho, ou da insanidade, Deus é que sabe, com certeza, levará o Estado a uma situação realmente ingovernável. Seria cômodo para a Oposição - não fosse o seu compromisso com Minas - ver o circo pegar fogo, já que não estamos na arquibancada nem no picadeiro. Não somos Governo, não pertencemos à sua trupe e, por uma questão de honra, não fazemos parte da sua claqué. Mas nosso dever é com Minas. Não vamos nos calar. É preciso que esta Casa tome a iniciativa, em nome do povo, de sustar os desarranjos, os desacertos a que o Governador Itamar Franco está conduzindo Minas Gerais.

O Deputado João Leite (em aparte)- Obrigado, Deputado Ermano Batista. Gostaria de elogiar o discurso que V. Exa. fez da tribuna da Assembléia Legislativa. É um discurso da maior importância, diria que é histórico.

V. Exa. toma, neste momento, em defesa do servidor do Estado, em defesa de Minas Gerais, a palavra, em nome da Oposição da Assembléia Legislativa, para denunciar o descalabro que estamos acompanhando.

Hoje de manhã, na faculdade onde estudo, pude encontrar com vários professores designados. O sentimento de traição desses professores é enorme, assim como a violência que vivem neste momento. A voz do Deputado Ermano Batista se levanta agora em defesa desses professores, à qual me junto para fazer coro. É uma violência muito grande contra os professores, contra a democracia, contra o direito à greve, que não é respeitado pelo Governo do Estado. Quero parabenizá-lo, Deputado, e creio que não apenas a Oposição na Assembléia Legislativa, mas também a Presidência, a Mesa da Assembléia têm que se levantar, neste momento, em favor do servidor, em favor do professor. Hoje, pela manhã, os professores designados me disseram que a liderança deles os abandonou. Aquela liderança que víamos aqui, nas galerias, tão firme, está tímida agora, Deputado Ermano Batista. Parabéns, porque V. Exa. levanta, no Plenário da Assembléia, o que existe de mais importante para discutirmos em Minas Gerais, ou seja, a defesa dos mais fracos, que foram violentamente atacados pelo Governador do Estado. Muito obrigado e parabéns.

O Deputado Ermano Batista - Eu é que agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, é, sem dúvida, um despautério, consciente ou não, o que está acontecendo em Minas Gerais. Esta Casa precisa tomar a iniciativa de interceptar as ações maléficas deste Governador, seja convencendo-o a mudar de rumo ou seu jeito de andar, seja utilizando outros mecanismos que a lei possa conceder, mas o certo é que deve ser tomada uma atitude, porque a história não perdoa a omissão. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, convidados, colegas do Brasil que hoje se encontram em nossa Casa, infelizmente vocês visitam Minas Gerais num momento em que a democracia é colocada no chão, quando ela é pisada, quando, mais do que nunca, começo a refletir o que vale a mulher no Estado de Minas Gerais. Será que isso que está ocorrendo com o servidor designado em nosso Estado não seria porque grande parte desses servidores é constituída de mulheres? Será que ensinar o seu filho, acalentá-lo, impor a ele todo o sentimento de civismo, de ética e de cidadania vale pouco ou nada? Será que vale uma demissão, vale estar na rua, vale estar com um salário que não traz um mínimo de dignidade ou de esperança na construção de um país melhor?

Sendo do PSDB, com muita honra, venho construindo a social democracia com meus colegas, não com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas com a base da sociedade, com a base da minha região, aqui perto dos meus colegas do PSDB, do PFL, e de todos os que, de forma suprapartidária, terão a coragem de utilizar este microfone e se posicionar. Na Bíblia está escrito que ou você é quente ou você é frio, o morno a gente vomita. Já não dá para ficarmos sem um posicionamento desta Casa nesse processo.

Eu, que até então tinha na figura do Governador Itamar Franco, que sancionou a minha lei que amplia ... Colegas Deputados, até então o IPSEMG só concedia direitos às mulheres dos funcionários, como acesso à saúde, à pensão e ao pecúlio. Agora, por meio de uma lei de nossa autoria, produto de muita luta, todos os maridos das funcionárias públicas do Estado já estão incorporados ao IPSEMG.

Em momento algum deixei de publicamente agradecer por estarmos resgatando um preceito constitucional, porque, desde 1988, o pátrio poder não consta em nossa Constituição. Hoje, graças a Deus, a mulher, na sociedade brasileira, tem igualdade com os homens. Temos trabalhado muito e, muitas vezes, mais do que os nossos companheiros homens para chegar à situação em que nos encontramos.

Nesta Casa, nunca tive um momento em que pudesse me sentir discriminada por ser mulher. Pelo contrário, acho que ser adulada, respeitada e tratada como uma colega para mim é uma honra.

Ligaram-me hoje, do meu Norte de Minas, região do semi-árido do Nordeste, igual à Bahia, ao Ceará e ao Piauí, aquele interior sofrido onde muitas vezes não se tem água nem para beber, onde, muitas vezes, a educação resgata a cidadania, na busca do direito dessa gente, e vale muito mais do que quem está às vezes numa cidade que tem um índice de desenvolvimento, uma renda "per capita" maior. Mas nós, do Norte de Minas, precisamos de um Governo do Estado que se posicione a favor da busca da queda das desigualdades regionais e do resgate, pelo menos numa linha de equilíbrio, de cada cidadão do Estado.

Faço coro com o discurso do Deputado Ermano Batista e o do Deputado João Leite, que fez com que a Comissão de Direitos Humanos e os direitos humanos fossem também resgatados no Estado. Que pena, Deputado João Leite, porque o perderemos na Casa para ser Prefeito de Belo Horizonte. Espero que isso ocorra. Acredito que o nobre colega estará

deixando discípulos na Casa, pessoas que aprenderam e que estarão aptos a substituí-lo daqui para frente.

Sr. Presidente e caros colegas, estou de acordo com o que os colegas disseram. Onde está a representação do funcionalismo público, que não se encontra nas galerias? Onde estão os fiéis escudeiros dos funcionários públicos, os quais sempre abraçaram as suas causas? Será possível que esse pessoal não se coloque, num momento como esse, como intermediário para fazer com que o Governador Itamar Franco volte atrás e respeite o direito constitucional de greve. Espero que este momento seja de reflexão. Espero que esta Casa possa, mais do que nunca, atuar de forma plural, porque assim é a democracia. A unanimidade é burra e não existe.

Mas, se há uma série de representações partidárias de pessoas que podem funcionar como interlocutoras e juntos marcharmos para conseguirmos não só uma vitória dos partidos, da Casa ou do funcionalismo público, mas uma vitória da democracia, temos que utilizá-las.

Tenho buscado com o Comitê Institucional da Casa desenvolver um trabalho em que possamos discutir as políticas públicas de desenvolvimento para a juventude, para que não faça opção pela droga. Mas onde está a política pública do esporte? Onde está a política pública do primeiro emprego? Onde está a política pública da educação e do resgate da cidadania.

Cristo nos deu o livre arbítrio, e assim acho que devemos continuar a fazer.

Punir as pessoas que estão no tráfico da droga não basta. Não basta eliminar o traficante, se não se eliminar também a opção do jovem e do consumidor em querer fazer uso de drogas, se não conseguirmos que digam: "Não, não é esse o meu caminho".

Mais ainda, Deputado Miguel Martini, V. Exa. fez um trabalho tão brilhante na UNALE, conseguindo unificar o nosso País e a nós, Deputados Estaduais de diversos Estados, que compomos a dita Federação, porque, pelo nosso conceito, não existe pacto federativo. Quando se fala em república federativa, pacto federativo, estamos considerando a união de vários Estados que têm certa independência e que resolvem se aliar pelo bem comum. Assim, não acredito que o nosso País o tenha.

A V. Exa., Deputado Miguel Martini, que fez um trabalho tão brilhante pelo Brasil, queria informar que 93% da juventude da América Latina preferem hoje a ditadura à democracia que está implantada. No momento em que soube dessa pesquisa publicada pelo "Jornal do Brasil", fiquei indignada. Mas, quando vejo momentos como este acontecendo no nosso Estado, em que os funcionários estão sendo ameaçados de serem colocados na rua, de serem demitidos porque estão utilizando um direito que lhes é garantido pela Constituição, o direito à greve, passo a achar que essa juventude tem razão.

Será que, quanto ao que aconteceu no período da ditadura, quando as pessoas não podiam falar, quando alguns foram mortos e outros ameaçados, não estamos vivendo uma ditadura branca, mascarada, medíocre, que é muito pior do que aquela que instalada antes? Passo a refletir e acho que o resultado desse conflito que acontece hoje, no Estado, pode me responder.

Se o Governador voltar atrás em seu posicionamento, vou acreditar que valeu e vale a pena defender a democracia. Mas se isso não acontecer e se esta Casa não tomar uma atitude que possa reverter esse processo, começarei a fazer coro com essa juventude da América Latina, e não só brasileira, cujo percentual de 93% condena a democracia que hoje existe em nosso Estado e País.

O Deputado Ivo José (em aparte) - Deputada Elbe Brandão, obrigado pelo aparte. Inicialmente, gostaria de cumprimentar nossos visitantes, os representantes das demais Assembléias.

Respeito muito V. Exa., mas discordo da sua posição, principalmente porque não podemos analisar circunstancialmente a questão do poder no nosso Estado e no nosso País. Estamos diante de um momento realmente delicado, muito triste, não só por causa das medidas que o Governador tomou ontem com relação aos servidores que estão em greve, mas também por toda a situação vivida pelo povo no nosso País, como a que ocorre devido ao modelo econômico traçado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Não podemos deixar de considerar também a relação do Governo Eduardo Azeredo com os servidores.

Assim, discordo, justamente porque neste Governo é que está acontecendo...

A Deputada Elbe Brandão* - V. Exa. discorda de quê, Deputado? Do fato de eu estar condenando a ameaça que o Governador Itamar Franco fez ao funcionalismo público no dia de hoje: se não regressarem ao serviço serão demitidos?

O Deputado Ivo José (em aparte) - Não, somente neste ponto concordo com V. Exa., porque...

A Deputada Elbe Brandão* - Mas estou falando desse ponto especificamente.

O Deputado Ivo José (em aparte) - ...porque a democracia vem no todo. A medida tomada pelo Governo foi recente. Ainda existe um processo de diálogo em que esta Casa tem tomado posições. A Bancada do PT tem uma reunião agendada com o Governador para lhe pedir uma revisão de sua posição relativamente às demissões. Defendemos o direito legítimo da greve, da organização, da mobilização, da defesa dos direitos dos trabalhadores. Mas, um Governo que vem questionando a situação geral do País, apontando as causas, colocando o dedo nas suas feridas, não podemos dizer que seja contrário à democracia.

A Deputada Elbe Brandão* - Não disse que o Governo é contrário à democracia, inclusive o elogio em algumas de suas ações, mas o que faz neste momento vai anular tudo de bom que tenha feito. É um momento de reflexão em que nós, enquanto Poder Legislativo, representantes legítimos do povo mineiro, precisamos intervir para não deixar que os fatos aconteçam da forma como foi proposto pelo Governador.

O Deputado Ivo José (em aparte) - Estamos tentando fazer exatamente isso, para que a democracia permaneça. Os avanços nas relações com o servidor são inegáveis; apenas lutamos para combater os aspectos negativos, aqueles que prejudicam a democracia.

* - Sem revisão da oradora.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - A Presidência esclarece aos Deputados que, no momento que antecedeu a sua decisão de colocar em votação a lei delegada solicitada pelo Governador para que pudesse fazer os ajustes e reajustes diferenciados do funcionalismo, teve o cuidado e a preocupação de manter os contatos necessários com o comando estadual do funcionalismo, com todos os seus segmentos. Todos os funcionários públicos do Estado estavam representados em reunião com a Presidência, no Salão Nobre desta Casa, e se discutiu, com o comando do funcionalismo público, se o Poder Legislativo, na condição de representante de todo o povo mineiro, deveria conceder ou não a lei delegada ao Governador. E a Presidência teve o consentimento de todo o colégio dos representantes do funcionalismo público na concessão ao Governador da lei delegada.

Esta Presidência, assim como todos os Deputados, está preocupada com os encaminhamentos que se avizinham. A Presidência tem a mesma preocupação dos senhores, mas, em nome do Poder Legislativo, diz que não está na hora de o Poder se posicionar como tal. Entende que é legítimo o embate político que está se iniciando nesta Casa, mas não é ainda o momento de o Poder entrar como instituição.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas de todo o Brasil que nos visitam nesta tarde, senhoras e senhores; procedo à leitura de uma carta que recebemos e que será importante para que possamos anunciar uma decisão das Bancadas de Oposição desta Assembléia. (- Lê:)

"Montes Claros, 12 de junho de 2000.

Exmo. Sr. Deputado Carlos Pimenta,

Nós, trabalhadores da Educação, em greve há 33 dias, estamos indignados com o silêncio por parte de V. Sa. diante de nossa luta.

Na oportunidade, vimos solicitar o empenho em nos ajudar, haja vista que estamos sempre presentes com o nosso voto. Agora é hora da sua resposta.

Precisamos do seu apoio, pois o Governador Itamar Franco está indiferente à nossa causa, que é justa.

Queremos que V.Sa. interceda junto ao Governo do Estado de Minas Gerais, no sentido de pedir que nossa pauta de reivindicações seja atendida, no tocante ao reajuste salarial.

Esperando contar com vossa valorosa colaboração, antecipadamente agradecemos.

Trabalhadores em Educação do Norte de Minas Gerais."

Fiz questão de fazer a leitura dessa carta, que, certamente, deve ter chegado às mãos de todos os Deputados de Minas Gerais, para mostrar que o Poder Legislativo agiu com sabedoria, independência e agilidade, quando atendeu à convocação do Governador e votou a proposta de emenda à Constituição e a lei delegada, proporcionando ao Governo a oportunidade de fazer os reajustes diferenciados do salário do funcionalismo. Ontem, fomos surpreendidos com a decisão do Governador de fechar, literalmente, a porta de diálogo com o funcionalismo do Estado, ameaçando demitir mais de 120 mil funcionários do setor da educação, que são os professores designados, e outros milhares de funcionários da área da saúde. Essa ameaça está expressamente clara no recado que o Governador mandou ao funcionalismo.

Nesta tarde, fazemos nossas as palavras do Deputado Ermano Batista e da Deputada Elbe Brandão. Como Líder da Minoria da Oposição nesta Casa, anuncio que, a partir deste momento, respeitando o processo legislativo e o próprio Poder Legislativo, daremos continuidade aos nossos trabalhos, votando, apenas, os projetos dos parlamentares. Toda a matéria, todo o projeto e toda a proposição do Governo do Estado, a partir deste momento, não terá, por parte da Oposição, nenhum andamento, a menos que se restabeleça o diálogo do Governo com os nossos funcionários. A Oposição, consciente, está tomando essa posição responsável, porque, se fôssemos agir da forma como agiram as Oposições desta Casa, radicalizaríamos, obstruindo todo e qualquer processo legislativo na Assembléia Legislativa.

Tomamos essa posição após uma reunião com os Deputados do PSDB e do PFL. A partir deste momento, votaremos apenas os projetos dos parlamentares, para não pararmos o processo do Poder Legislativo. Toda a matéria oriunda do Governo do Estado somente terá respaldo e será acatada se o Governador, democrática e livremente, voltar a dialogar com o funcionalismo. Esta é a posição das Bancadas do PSDB e do PFL. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 30/6/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.591, 1.599, 1.603, 1.629, 1.723, 1.764, 1.776, 1.793, 1.795, 1.800, 1.804, 1.810, 1.816, 1.825, 1.826, de 1999, 1.839, 1.841, 1.843, 1.844, 1.867, 1.872, 1.894, 1.895, 1.896, 1.897, 1.898, 1.899, 1.900, 1.901, 1.902, 1.903, 1.904, 1.905, 1.906, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelino de Carvalho

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Adelino Carvalho Lino Júnior do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Adicélia Ferreira Medeiros do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, André Luís de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Antonio João Costa do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Áurea Alves Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Carla Janaína Moreira de Paiva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Eva Santos Carvalho Lino do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Geraldo Faria Alcântara do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Glória Mariana de Alcântara Lima do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Jaine Moreira de Abreu do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Vicente Afonso Gomes do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 4 horas;

nomeando André Luís de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Augusto Brant Rocha para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Carla Janaína Moreira de Paiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Eva Santos Carvalho Lino para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Glória Mariana de Alcântara Lima para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Jaine Moreira de Abreu para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Jeferson Leite para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando José Antônio de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Juliana Moreira de Paiva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Lucilene Celira de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Vera Lúcia de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Agostinho Patrús

exonerando, a partir de 3/7/2000, Mauro Barreto Melo do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Mauro Barreto Melo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Valkíria Aparecida Morais Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 4 horas.

Gabinete do Deputado Álvaro Antônio

nomeando Marcos Aurélio Messias de Figueiredo para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Amilcar Martins

exonerando, a partir de 3/7/2000, Adão Aparecido Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Ana Lúcia Pereira Sobrinho do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 30/6/2000, José Orlando Ferreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas;

nomeando Adão Aparecido Ferreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Ana Lúcia Pereira Sobrinho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando, a partir de 3/7/2000, Elisabeth Hinkelmann Nedir do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Nilza Carneiro de Lima Andrade do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Elisabeth Hinkelmann Nedir para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Nilza Carneiro de Lima Andrade para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada

exonerando, a partir de 3/7/2000, Andréia de Fátima Gonçalves Quintão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Elaine Dionísio Eleutério da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Gismar Meireles do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Andréia de Fátima Gonçalves Quintão para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Gismar Meireles para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Hugo Eleuterio da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando, a partir de 3/7/2000, Fernando Macêdo do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Célia de Sena Moura para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Fernando Macêdo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Gilson de Oliveira Souza para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Chico Rafael

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Jucimar Lelis de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Ambrosina Vieira de Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues

exonerando Flávio Cardoso Aguiar do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Marcelo Flávio Resende Verona para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Brandão

exonerando Adão Mendes Murça do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Maria Gláucia Costa Brandão do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Cláudio Waldete Coelho Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Juliane Soares Duca do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Luiz Valadares de Abreu para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rosemary Antônia Cordeiro Bicalho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivo José

exonerando, a partir de 3/7/2000, Edilene Eufrásia Costa do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Geraldo Caetano de Matos do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Renato Alves Pereira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Sandra Maria de Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Edilene Eufrásia Costa para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Geraldo Caetano de Matos para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Raul Dias Barbosa de Castro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Sandra Maria de Lima para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Batista de Oliveira

exonerando, a partir de 3/7/2000, Adelson Pereira França do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Danielle Teixeira Esquárccio do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Adelson Pereira França para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas;

nomeando Danielle Teixeira Esquárccio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Braga

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Angela Maria Nascimento Antunes Lima do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Benedito Celestino Esteves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Lenusia Maria Dantas para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado Jorge Eduardo

nomeando Ana Stela Swerts de Oliveira Prado para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria José Hauelsen

exonerando, a partir de 3/7/2000, Anderson Rodrigo Lima Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Eulemar Marcos Cirilo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Maria da Conceição Pereira Miranda do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Marly Adriene Botelho do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Otávio Silva Camargo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Paulo Cesar de Araujo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Anderson Rodrigo Lima Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Eulemar Marcos Cirilo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Maria da Conceição Pereira Miranda para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Marly Adriene Botelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Otávio Silva Camargo para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Paulo Cesar de Araujo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Olívia

exonerando, a partir de 3/7/2000, Eurico Ribeiro Silva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Jair Diniz França do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2000, José Inácio Pereira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Sandra Barbosa de Almeida Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Clairton Dutra Costa Vieira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Eurico Ribeiro Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

nomeando Jair Diniz França para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Sandra Barbosa de Almeida Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Pettersen

nomeando Marcel Lopes Damasceno para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ronaldo Canabrava

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Emerson Elias Pontelo do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Giani Geraldo Pontelo para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 3/7/2000, Jovanildo Edson Rodrigues do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Wladimir Rodrigues Dias do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Jovanildo Edson Rodrigues para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Wladimir Rodrigues Dias para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando, a partir de 1º/7/2000, Livia Bessa Neto do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Ana Amélia Dantas Antunes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Danilo Alexandre Souza Mendes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Guilherme Bessa Neto para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Maria Ilse Zech Coelho Lemelle para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

nomeando Richardi Dinardi Costa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Richardson Rocha de Assis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Suzana Lúcia Silva Belo para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.821, de 2/12/99, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 3/7/2000, Raul Dias Barbosa de Castro do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social;

exonerando, a partir de 3/7/2000, Suzana Lúcia Silva Belo do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Renato Alves Pereira para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social;

nomeando Ubiraci José Xavier para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98 e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos:

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando Ajalmar José da Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Fabrício Novaes e Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Paulo

nomeando Christiane Renée Coelho Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ismael Gomes para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Nos termos do art. 1º, inc. II, alínea "I", da Lei Complementar Federal nº 64/90, Resolução nº 18.019/92, do Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista Decisão de 4/5/92 e Pareceres de 30/6/2000, exarados por esta Mesa, assinou os seguintes atos:

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, ao servidor Flávio Cardoso Aguiar, Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, para fins de desincompatibilização;

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, ao servidor Juscelino Luiz Ribeiro, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, para fins de desincompatibilização;

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, ao servidor Miguel Resende Almeida, Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, para fins de desincompatibilização;

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, à servidora Valéria Ferreira de Paula, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, para fins de desincompatibilização;

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, ao servidor Arnaldo Francisco Gonçalves, Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração desta Secretaria, para fins de desincompatibilização;

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, ao servidor Carlos Tito Lívio Ferraz, Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração desta Secretaria, para fins de desincompatibilização;

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, ao servidor Flávio Henrique Pereira, Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração desta Secretaria, para fins de desincompatibilização;

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, à servidora Lúcia Ladislau Martins de Souza, Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração desta Secretaria, para fins de desincompatibilização;

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, ao servidor Narcélio César Campos, Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração desta Secretaria, para fins de desincompatibilização.

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, à servidora Neli Maria Carvalho Guimarães, Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração desta Secretaria, para fins de desincompatibilização.

EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

Extratos de Convênio Lei 12.705 de 23/12/97

Termos de Convênio para transferência de recursos financeiros que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas:

Convênio Nº 89/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Buritis - Buritis

Objeto: instalação de estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 90/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Capitólio - Capitólio

Objeto: instalação de estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 91/1999 - Valor: R\$49.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal Ituiutaba - Ituiutaba

Objeto: instalação da estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 92/1999 - Valor: R\$20.611,50

Entidade: Prefeitura Municipal Iturama - Iturama

Objeto: instalação da estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 93/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Ipiacu - Ipiacu

Objeto: instalação de estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 94/1999 - Valor: R\$27.349,00

Entidade: Prefeitura Municipal Itabira - Itabira

Objeto: instalação da estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 95/1999 - Valor: R\$96.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal Juiz Fora - Juiz Fora

Objeto: instalação da estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 96/1999 - Valor: R\$10.400,00

Entidade: Prefeitura Municipal Pedras Maria Cruz - Pedras Maria Cruz

Objeto: instalação de estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 97/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Alpinópolis - Alpinópolis

Objeto: instalação de estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 98/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal São João Ponte - São João Ponte

Objeto: instalação de estação repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 99/1999 - Valor: R\$17.600,00

Entidade: Prefeitura Municipal Carlos Chagas - Carlos Chagas

Objeto: instalação de estação repetidora da TV Assembléia.

ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na publicação do edital em epígrafe, verificada na edição de 30/6/2000, na pág. 47, col. 3, onde se lê:

"às 15 horas", leia-se:

"às 13h30min".